



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA –UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

MÁRCIO MURILO OLIVEIRA DE CASTRO

NOVAS (RE)CONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO URBANO:
UMA ANÁLISE DAS TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO
E DAS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO

SALVADOR

2004

MÁRCIO MURILO OLIVEIRA DE CASTRO

NOVAS (RE)CONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO URBANO:
UMA ANÁLISE DAS TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO
E DAS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO

Trabalho monográfico apresentado na disciplina
Seminário Monográfico como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosali Braga Fernandes

SALVADOR

2004



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA –UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

MÁRCIO MURILO OLIVEIRA DE CASTRO

NOVAS (RE)CONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO URBANO:
UMA ANÁLISE DAS TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO
E DAS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO

Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo

Salvador, 15 de Maio de 2004.

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Rosali Braga Fernandes

Doutora em Geografia Humana – Universidade de Barcelona, UB, Espanha

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof^o Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva

Pós-Doutor em Geografia - Universität Marburg, UM, Alemanha

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof^a Msc Carmem Lúcia Castro Lima

Mestre em Economia - Universidade Federal da Bahia - UFBA

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

**Dedicado aos meus pais, filho e esposa,
razões do meu viver**

Agradecimentos

- a minha orientadora, pelo comprometimento, pela cumplicidade, pela paciência e pela competência na condução dos trabalhos;
- ao Prof. Dr. Sylvio C. Bandeira de Mello e Silva, cuja simpatia, presteza e receptividade foram constantes, quando o entrevistei para elaboração deste trabalho;
- aos colegas de curso, companheiros na luta pela formação do profissional do Urbanismo;
- aos meus pais, Rubem e Maridete, pela incessante compreensão, dedicação, carinho e amor;
- ao meu filho, Pedro, e esposa, Jane Lisa, companheiros sempre presentes nessa caminhada, no sentido do estímulo através da confiança e credibilidade, que souberam compreender a necessidade de minha ausência;
- aos irmãos Alessandra, Helton e Juliana e todos os demais familiares, que sempre me acompanharam de maneira estimuladora nestes anos de formação acadêmica na Universidade;
- aos amigos, de convivência cotidiana, que partilharam comigo deste sonho que se realiza;
- aos amigos de um outro plano e aos "irmãos" em afinidade, sempre presentes em minha caminhada;
- aos amigos Celeste e Adalberto, que me acolheram em terra "estranha";
- aos amigos Milton Júlio e Erivaldo Nunes, co-responsáveis pela minha formação profissional;
- enfim, a todos que de maneira direta ou indireta, contribuíram de alguma forma para minha formação e execução deste trabalho;

“...falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção. Não se trata do futuro como certeza, porque isso seria desmentir a sua definição, mas como tendência”.

Milton Santos (A urbanização Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1994. p. 117.)

No entendimento sobre o processo de ordenamento espacial da cidade evidencia-se uma grande complexidade posto que este não se dá exclusivamente em virtude dos processos econômicos ou sociais ou políticos apenas, as variáveis são muitas e estão imbricadas. Em si tratando do enfoque econômico em particular, há de se observar que as reestruturações econômicas exigem novas estratégias não apenas de investimentos, mas também de localização espacial. Desta forma, torna-se evidente a formação de novas lógicas territoriais, que configuram e (re)configuram o espaço urbano em particular, palco principal do modelo de desenvolvimento urbano-industrial no qual se desenrolam as tramas inerentes ao sistema capitalista de produção. Neste sentido, despontam duas lógicas de compreensão deste fenômeno. De um lado, tem-se a vertente analítica que prioriza os fatores endógenos aos processos. De outro, contempla-se as reestruturações espaciais, a partir do estudo dos fatores exógenos às dinâmicas. Necessário frisar que o estudo não tem a intenção de contemplar a dinâmica de localização apenas, mas fundamentalmente ressaltar a importância que seu entendimento representa ao urbanista, em sua função maior de planejador urbano. É nesta perspectiva em particular, que o presente estudo repousa, buscando nas Teorias de Localização e nas Economias de Aglomeração o referencial teórico para a compreensão das dinâmicas de configuração e (re)configuração do espaço urbano. Assim, o estudo procura evidenciar o caráter de integração entre as duas vertentes analíticas, que não são, portanto, excludentes e sim, complementares.

Palavras Chave: Teoria de Localização; Economias de Aglomeração; Espaço Urbano; Geografia Urbana; Planejamento Urbano; Reestruturações Urbanas.

In the understanding on the process of space ordenament of the city a great complexity position is evidenced that this gives it exclusively by virtue of the economic or social or political processes, the variables are many and they are just imbricadas. In itself being in particular about the economic focus, it must observe that the economic restructurings not just demand new strategies from investments, but also of space location. This way, it becomes evident the formation of new territorial logics, that configure and (re)configuration the urban space in particular, main stage of the model of urban-industrial development in which the inherent plots are uncoiled to the capitalist system of production. In this sense, they blunt two logics of understanding of this phenomenon. On a side, the analytic slope is had that prioritizes the factors endogen to the processes. Of other, it is contemplated the space restructurings, starting from the study of the factors exogen to the dynamics. Necessary to stress that the study doesn't have the intention of just contemplating the location dynamics, but fundamentally to stand out the importance that its understanding represents to the urbanist, in its larger function of urban planning. It is in particular in this perspective, that the present study rests, looking for in the Theories of Location and in the Economies of Gathering the theoretical reference for the understanding of the configuration dynamics and (re)configuration of the urban space. Thus, the study tries to evidence the integration character among the two analytic slopes, that they are not, therefore, excludent and yes, complemental.

Key Words: Theory of Location; Economies of Gathering; Space Urban; Urban Geography; Urban Planning; Urban Restructurings.

INTRODUÇÃO.....	9
JUSTIFICATIVA.....	13
CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	15
METODOLOGIA.....	17
CAPÍTULO I – CONCEITOS E DELIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	20
CAPÍTULO II – AS TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO: ABORDAGENS CLÁSSICAS.....	32
II.1 – VON THÜNEN – O ESTADO ISOLADO.....	37
II.2 – WEBER – TEORIA DA LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS.....	42
II.3 – CHRISTALLER – OS LUGARES CENTRAIS.....	47
II.4 – LÖSCH – A ORDEM ESPACIAL DA ECONOMIA.....	50
II.5 – ISARD – LOCALIZAÇÃO E ECONOMIA ESPACIAL.....	53
CAPÍTULO III – EXTERNALIDADES E AS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO	
ENQUANTO AGENTES DE CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	56
III.1 – FATORES E FUNÇÕES DE LOCALIZAÇÃO.....	60
III.2 – EXTERNALIDADES, ECONOMIAS E DESECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO.....	73
CAPÍTULO IV – SÍNTESE CONCLUSIVA.....	78
BIBLIOGRAFIA.....	83

ANEXOS

Entrevista I

Especialista de notório saber, com vasta produção científica no tema em apreço.

Entrevistado: Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva

Nossa proposta investigativa nos remete a uma discussão em torno de um objeto privilegiado e necessário à formação teórica do profissional do urbanismo, qual seja, a atuação de um dos agentes mais ativos na configuração do espaço urbano – o agente econômico.

O tema abriga-se na disciplina Economia Regional e Urbana, vez que a mesma engloba as tarefas inerentes ao estudo, descritivo ou analítico, dos problemas econômicos que se desenrolam no âmbito dos espaços locais, urbanos, regionais, nacionais e internacional. Entretanto, ressalta-se que o foco central de nossa proposta investigativa, reside nos limites do espaço urbano, sem no entanto desconsiderar as implicações e interações entre as demais escalas de análise espacial.

Por conseguinte, uma das primeiras definições necessárias ao entendimento do tema, refere-se ao entendimento de espaço. A organização do espaço, território¹, é a essência deste projeto de pesquisa. E, a ação dos agentes econômicos são aqui tratadas como variáveis explicativas, tendo-se como elementos centrais o estudo das Teorias de Localização e a análise das Economias de Aglomeração. Desta forma, o espaço não pode ser entendido tão somente enquanto “espaço objeto”, meramente identificado como suporte físico onde se desenvolve toda a atividade econômica, mas sim, enquanto uma dimensão intrínseca a todos os fenômenos econômicos e urbanos, figurando-se como “espaço sujeito”. Segundo Alves (2001, p. 14), “abdicar do espaço tem como conseqüência, não apenas ignorar uma importante

¹ “O espaço natural é continuamente transformado pela acção do Homem. Entre um e outro criam-se umas vezes cumplicidades, outras vezes conflitos. Através dessa dinâmica de transformações e das tensões que durante o seu percurso se manifestam, surge e processa-se a formação e mutação do espaço económico. Há um movimento contínuo de estruturação e desestruturação. O espaço económico vai-se, progressivamente, construindo. Ao espaço construído, isto é, transformado pela acção do Homem, daremos a designação de território.” Manuel Brandão ALVES, *Multidimensionalidade do Espaço: Do Espaço Objeto ao Espaço Sujeito e à Ordem no Território*, p. 27-28.

dimensão da análise, mas, sobretudo, partir de pressupostos errados e, como consequência, obter resultados que também o são, tanto em termos de teoria como de política econômica”.

Destarte, entendemos que o tema é fundamental à formação do profissional de urbanismo, em toda a sua amplitude de atuação, principalmente no que se refere ao planejamento urbano. Necessário invocar aqui Santos², no que tange à formação e atuação dos profissionais que atuam no planejamento urbano, quando afirma:

O planejamento urbano não é entregue a estudiosos da cidade. Em vez do planejamento urbano ser responsabilidade de urbanólogos, ele é responsabilidade de urbanistas [Planejadores que não se preocupam com a análise do fenômeno urbano. Eles já postulam soluções. Então, o conteúdo da cidade é deixado à margem. São as propostas que tomam a frente da cena]. E a cidade não é assunto para urbanistas. (SANTOS, 2001)

O tema **Novas (Re)Configurações do Espaço Urbano: Uma Análise das Teorias de Localização e das Economias de Aglomeração**, tem como objetivo inicial resgatar a discussão das Teorias de Localização, no que tange à decisão locacional de empresas. Nesta perspectiva, o estudo partiu da apreciação das Teorias Clássicas de Localização, cuja abordagem é de cunho eminentemente exógeno, na tentativa de delinear os fatores comumente relacionados à decisão locacional. Com enfoque primordial da questão da distância, a Teoria Clássica de Localização evolui deste Thünen até Isard, buscando a apreciação de novos elementos na tentativa de se adequar à realidade, cada vez mais dinâmica e complexa. A tentativa de resgate, que norteia o presente estudo, parte do pressuposto de que esta perspectiva teórica traz valiosa contribuição ao exercício do planejamento urbano, e, portanto, não pode ser desprezada na escola de Urbanismo.

Buscamos observar ainda, complementarmente, o efeito das denominadas Economias de Aglomeração. Tal abordagem faz-se importante, haja vista a escala de análise em questão, o

² Milton SANTOS. Entrevista concedida ao Instituto Polis, 28 de junho de 2001.

espaço urbano. A cidade, em princípio fundamental, constitui-se por uma aglomeração, logo, as análises dos processos de aglomeração são fundamentais ao estudo da produção do espaço intra-urbano. Contudo, a aglomeração será apreciada a partir da ótica do processo de especialização do espaço urbano, em detrimento de outras análises que lhe são também pertinentes. Neste sentido, invocamos Correa quando levanta o questionamento sobre:

...se as áreas especializadas não tendem a se constituir em forma espacial mais expressiva, de maior importância que aquelas hierarquizadas. [...] Associado a esta temática, pergunta-se se novas formas descentralizadas de coesão não estão sendo produzidas como os distritos administrativos, tal como ocorre em algumas capitais brasileiras, como Salvador e Cuiabá, entre outras. (CORREA, 1989, p. 58-59).

No caso de Salvador, em particular, além do Centro Administrativo da Bahia – CAB, outros são exemplos já consolidados da especialização do espaço urbano soteropolitano, a exemplo da Baixa de Quintas – comércio e serviços de auto-peças; Conceição da Praia – artigos esportivos e de material de construção; Avenida Estados Unidos – serviços de crédito pessoa física; Alameda das Espatódias – material de decoração/ construção de imóveis; Avenida Dois Leões – comércio de veículos usados; Uruguai – indústria-comércio de confecções, entre outras tantas localidades. Apesar desta última localidade, há de se observar o trabalho de fomento a especialização espacial que tem sido desenvolvido sob o status de Arranjo Produtivo de Confecções³, fruto da parceria entre a Prefeitura Municipal, o SEBRAE⁴, Associação Comercial entre outros.

Iniciando-se pelo Capítulo I, o estudo pretende esclarecer ao leitor, não apenas as delimitações do estudo, mas fundamentalmente os conceitos preliminares, que entendemos necessários à compreensão do tema em apreço e da forma como pretendemos abordá-lo.

³ O Arranjo Produtivo Local é a organização de aglomerações de empresas que apresentam especialização produtiva em uma mesma área. Jornal Correio da Bahia. Terça-feira, 13/04/2004.

⁴ SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Configurando o Capítulo II, o estudo passa a delinear a produção científica sobre a Teoria Clássica de Localização e constitui-se, portanto, como referencial teórico norteador inicial. Neste sentido, consideramos necessário sumarizar, brevemente, as principais Teorias Clássicas de Localização, para que possamos entender a produção do espaço intra-urbano, através da lógica da decisão locacional. Assim, destacamos as teorias de **Von THÜNEN (1826) – *O Estado Isolado***; **WEBER (1909) – *Teoria da Localização das Indústrias***; **CHRISTALLER (1933) – *Os Lugares Centrais***; **LÖSCH (1940) – *A Ordem Espacial da Economia*** e **ISARD (1956) *Localização e Economia Espacial***.

O Capítulo III busca, por sua vez, caracterizar os principais conceitos do que se denomina Economia de Aglomeração, enfatizando os fatores e funções de localização e as deseconomias de aglomeração. Assim, adicionamos ao referencial da Teoria da Localização, o referencial teórico que entendemos necessário à compreensão do fenômeno da especialização. Neste esforço, buscamos delinear o referencial teórico que norteia a investigação do porquê da escolha locacional das empresas (Capítulo II), bem como o porquê da aglomeração que se verifica, com ênfase na especialização espacial (Capítulo III).

Por fim, o estudo traz em sua síntese conclusiva algumas ponderações acerca do tema em estudo. E, uma vez evidenciada a necessidade de estudos complementares, sobretudo no seio do Curso de Urbanismo, o estudo limita-se a enfatizar a importância da revalorização dos referenciais teóricos adotados, no que tange ao planejamento urbano, na medida em que se tornam essenciais à eficiência de ações de caráter intervencionista.

Entende-se que a análise e o estudo da dinâmica da localização da firma no espaço urbano é indispensável à execução do planejamento urbano, na medida em que a atuação do agente econômico é observada como prioritária na formação deste espaço. Tendo em vista que a realização de um ótimo social na organização do espaço urbano constitui o objetivo das políticas de ordenamento do território, justifica-se a análise e o estudo da atuação do agente econômico, através da sua dinâmica locacional. Nesta linha, conclui Alves:

[...] as dinâmicas de localização protagonizadas pelos agentes econômicos, nas suas atividades de localização, de consumo ou produção, constituem elementos determinantes no processo de organização do território, que é uma outra forma de dizer, do processo de ordenamento do território. (ALVES, 2001, p. 35)

No sentido de corroborar a justificativa atribuída ao estudo, buscamos resguardo nas palavras de Sposito⁵, quando afirma:

É fundamental retomar a discussão das transformações de ordem econômica para o interior da análise urbana, quer se considere a escala dos territórios urbanos, quer se priorize a análise das redes, quer se dê relevância, o que é fundamental, as articulações entre as duas escalas de análise. (SPOSITO, 1999, p. 54)

Em seu artigo, *A dinâmica Econômica na Análise Urbana: Matrizes, Descaminhos e Perspectivas*, Sposito⁶ levanta a carência de estudos que enfatizem a dinâmica econômica na produção científica das pesquisas geográficas, caracterizando-a enquanto um paradoxo, haja vista a relevância das transformações derivadas eminentemente dos imperativos econômicos. Mais adiante, quando a autora avalia as pesquisas urbanas realizadas no Brasil a partir da década de 80, utilizando-se de vertentes analíticas identificadas por Valladares & Preteicelle⁷,

⁵ SPOSITO, Maria da E. Beltrão. A Dimensão Econômica na Análise Urbana: Matrizes, Descaminhos e Perspectivas. In VASCONCELOS, Pedro de Almeida. SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (organizadores). *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: Edufba, 1999.

⁶ Idem.

⁷ VALLADARES, Lícia & PRETEICELLE, Edmond. *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

Sposito⁸ define pelo menos três pontos que entendemos como cruciais à pertinência e procedência do tema em apreço:

- i. “Em que pese a crítica ao economicismo presente na análise marxista, uma avaliação das pesquisas apresentadas nos eventos científicos de nossa disciplina, indica que há mais trabalhos, de base marxista ou não, voltados à análise dos agentes econômicos, propriamente ditos, quando tratamos de considerar o que foi produzido com o objetivo de compreender as dinâmicas de reestruturação interna dos espaços urbanos”. (SPOSITO, 1999, p.56).
- ii. “A análise das estratégias das empresas foi pouco considerada nos estudos de Geografia Urbana, sobretudo enfocando o nível de suas decisões locacionais, as quais interferem mais diretamente na produção do espaço urbano”. (SPOSITO, 1999, p.57).
- iii. “A globalização tem sido mais enfocada a partir do prisma das mudanças provocadas em termos de práticas sociais e mudanças na construção das representações sociais de cidade e urbano (enfoques, sem dúvida, importantes) do que em termos dos novos arranjos territoriais e das práticas sociais dela decorrentes”. (SPOSITO, 1999, p.57).

Parece-nos também pertinente a observação de Geiger⁹, quando aponta que:

Para apresentar de forma compreensiva a territorialização e espacialização dos processos econômicos-sociais, descrevia-se o papel dos agentes sociais e os condicionantes oferecidos por quadros geográficos anteriores, ou seja, o espaço geográfico era tido como representando sucessivamente os eventos históricos sucessivos, um condicionante e um reflexo, não um integrante. *O papel das formas espaciais, do espaço vivido, no próprio desenrolar do processo histórico, que atualmente justifica o conceito de formação econômico-social-espacial, pouco foi trabalhado ainda. Pouco também tem sido feito quanto às articulações, ou desarticulações, das diferentes estratégias espaciais traçadas pelos diferentes atores e diferentes esferas do poder.* [grifo nosso] (GEIGER, 1997. p. 12)

Desta forma, entende-se que o tema **Novas (Re)Configurações do Espaço Urbano: Uma Análise das Teorias de Localização e das Economias de Aglomeração**, traz em seu cerne uma preocupação plausível e pertinente, sobretudo no que tange às reflexões que deste tema surgirão.

⁸ SPOSITO, Maria E. Beltrão. Op. Cit. p. 56-57.

⁹ GEIGER, Pedro P. in SILVA, José Borzacchiello da. (org.) A Cidade e o Urbano. Fortaleza: EUFC, 1997.

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Em sua leitura da obra de Topalov (1991), Jean Bitoun esclarece-nos que a ciência urbana, constitui-se, desde seu início, interligada à prática do planejamento urbano e citando Topalov, Bitoun¹⁰(1997, p. 54) menciona que “ela [a prática do planejamento urbano] lhe fornece sua legitimidade, seus conceitos, sua metodologia e seus especialistas”. Dando continuidade, o autor argumenta que malgrado o cumprimento de suas promessas, a ciência urbana - o urbanismo, na perspectiva de Lefebvre, sentia-se abalada não apenas na sua legitimidade, mas também na sua capacidade de compreender o seu objeto e de nele intervir.

Destacando a necessidade de compreensão dos processos que configuram e (re)configuram o espaço urbano, há de se ressaltar que as novas reestruturações econômicas, derivadas especialmente em virtude dos avanços tecnológicos, impactam, sobremaneira, a produção do espaço urbano. Conforme dito anteriormente, são evidentes os desdobramentos na estruturação do tecido urbano, provenientes de novos arranjos produtivos, de novas posturas em termos das decisões locacionais, da identificação de novos fatores atrativos etc...

Essa dinâmica não se aplica apenas à ação dos agentes públicos, na alocação de equipamentos e infra-estrutura, mas fundamentalmente ao agente privado, cujos investimentos dos mais variados portes são componentes visíveis, tangíveis, na produção do espaço urbano. Bitoun¹¹(1995, p. 58) sintetiza, comentado que “as redes de segundo nível¹² operadas por agentes públicos e privados exigem tornar mais fina nossa compreensão das decisões locacionais”.

¹⁰ BITOUN, Jan. *in* SILVA, José Borzacchiello da. (org.) A Cidade e o Urbano. Fortaleza: EUFC, 1997.

¹¹ BITOUN, Jan. Op. Cit.

¹² Cf. FISHMAN, (apud BITOUN, Jan. Op. Cit.) as redes podem ser classificadas em três níveis. Ao segundo nível em particular, o autor distingue as redes de produção ou logística das empresas, as redes de consumo, inclusive de consumo de lazer, e as redes domésticas onde estão incluídos os serviços de educação e saúde.

Entretanto, entendemos que não basta identificar os fatores que condicionam a escolha locacional das firmas isoladas no tecido urbano, não obstante entendermos que esta é também uma perspectiva necessária à compreensão e ao planejamento do espaço urbano. Mas, é mister entender, o por que da escolha de um determinado espaço físico por várias empresas de um mesmo segmento, que, por conseguinte, acabam por definir novas territorialidades. Assim, o estudo das Economias de Aglomeração configura-se também enquanto ponto central deste estudo, indissociável da análise das Teorias Locacionais.

A problemática que se quer desvendar e resgatar ao curso de Urbanismo da UNEB, é uma discussão a cerca da cidade que se quer, da cidade que seja não apenas um produto meramente cartesiano da ação do capital, de uma forma geral, mas de uma cidade que responda aos anseios da sociedade como um todo.

Ressalta-se a necessidade reflexiva de uma política que possa, a partir da compreensão da atuação dos agentes que configuram o espaço urbano, repensar mecanismos efetivamente eficientes não apenas em termos coercitivos, mas essencialmente de caráter regulatório, estimulando a formação de parcerias público-privado. E, ratificando tal preocupação, Sposito¹³ aponta a necessidade de:

[...] estimular o repensar da política (ou da falta de política urbana nas cidades brasileiras) sob a luz dessas dinâmicas [Estudo das novas territorialidades, decorrentes da concentração econômica das empresas de produção e comercialização de bens e serviços], para contribuir para a reconstrução de paradigmas que fundamentam a legislação urbana e que orientam a estruturação interna das cidades. (SPOSITO, 1999, p. 58).

¹³ SPOSITO, Maria E. Beltrão. Op. Cit. p. 58.

Uma vez caracterizado o problema do tema em apreço, torna-se necessário determinar os meios com quais o objeto de estudo possa ser tratado de maneira científica. De acordo com Salomon¹⁴ (1995, p. 110-111), “a questão que se coloca diante do estudioso como um desafio à sua capacidade solucionadora, [é] revestida de notas de relevância: operativa, contemporânea, humana”.

Conforme o autor, a pesquisa tem relevância operativa na medida em que do estudo do problema, derivam novos conhecimentos. Neste sentido, a avaliação dos referenciais teóricos abordados no presente estudo, não apenas geram novas abordagens críticas, mas também delineiam novas propostas investigativas, que requerem horizontes teóricos adaptáveis a sua complexidade, cujos significados encontram-se em permanente processo de mutação.

Dando continuidade, o autor refere-se à relevância contemporânea, na medida em que o estudo torna-se atual, uma novidade, não necessariamente com a conotação de originalidade. Neste sentido, há de se questionar quanto à atualidade relativa ao tema, à configuração do espaço urbano. Deste exercício, certamente resultará não apenas a certeza da atualidade do tema, mas, sobretudo, da urgência de seu estudo requerida pelas cidades, e sua população.

Por fim, Salomon refere-se à relevância humana, quando sentencia que “é falsa a escolha de problemas que não visem a benefícios diretos ou indiretos para o homem” (SALOMON, 1995, p. 111). Nesta perspectiva, observamos que nada há de ser acrescentado em defesa do estudo, que já não tenha sido evidenciado anteriormente.

¹⁴ SALOMON, Délcio Vieira. Como Fazer uma Monografia. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

Atendidos os requisitos fundamentais à pesquisa científica, o problema em estudo, a depender de suas particularidades, abrangências, objetivos e pretensões, requer a adoção do tipo de pesquisa com o qual deverá ser tratado. Salomon¹⁵ (1995, p. 112-113) define pelo menos três graduações e diferenciações dos tipos de pesquisas, relacionando as pesquisas aplicadas, as pesquisas puras ou teóricas e as pesquisas exploratórias e descritivas.

Neste estudo, em particular, o tipo de pesquisa empreendido é o de caráter exploratório; descritivo. Conquanto, demonstra-se que o objetivo é melhor definir o problema em estudo, buscando-se definir e classificar fatos e variáveis explicativas, a partir do referencial teórico. As pretensões do estudo são, portanto, cautelosas, ou mesmo tímidas em relação ao nível de profundidade com que o tema é tratado. Assim, aqui não se procura atingir o nível de explicação e/ou predição encontrado nas pesquisas ditas puras ou teóricas, nem tão pouco repousa neste trabalho, a pretensão de diagnosticar a realidade em apreço, propondo ações de caráter intervencionista.

Utilizou-se eminentemente da compilação das obras dos autores definidos no referencial teórico deste projeto, buscando confrontá-las com contribuições de outros autores que compõem a referência bibliográfica deste projeto de pesquisa. Para efeito de condução dos trabalhos propostos, utilizou-se do método histórico, cuja principal técnica consistiu na realização de pesquisas documentais e bibliográficas. Neste sentido, o estudo adota o caráter de “pesquisa do pensamento acumulado”¹⁶, na medida em que se realiza através de pesquisa bibliográfica, documentação, análise e crítica de obras do acervo das produções científicas relativas ao tema, configurando-se num singelo elo que liga o passado e o presente científicos. Haja vista tratar-se de uma monografia de graduação, atividade que implica muito mais uma

¹⁵ Idem.

¹⁶ SALOMON, Délcio Vieira. Op. Cit.

atividade de extração do que de produção de conhecimento, reitera-se a envergadura da presente contribuição.

No sentido de enriquecer o conteúdo do estudo, foi realizada uma entrevista norteada por roteiro semi-estruturado, cuja transcrição em sua íntegra encontra-se registra em anexo, com:

- i. Especialista de notório saber, com vasta produção científica no tema em apreço, realizada com o Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, cujo respaldo no meio técnico-científico-acadêmico dispensa maiores comentários;*

Por fim, há de se ressaltar que as análises que se pretende tecer serão realizadas através do método indutivo, em função dos quadros teóricos de referências. De acordo com Salomon¹⁷ (1995, p. 112), trata-se do método recomendado à observação de fenômenos empíricos, cujas uniformidades podem ser transportadas para um segundo plano de análise, ao nível da abstração e das formulações lógicas, e caminham, por conseguinte, às generalizações. De maneira sintética, bem define LAKATOS¹⁸:

[...] pode-se afirmar que as premissas de um argumento indutivo correto sustentam ou atribuem certa verossimilhança à sua conclusão. Assim, quando as premissas são verdadeiras, o melhor que se pode dizer é que a sua conclusão é, provavelmente, verdadeira. (CERVO e BERVIAN apud LAKATOS, 1991, p. 86.)

¹⁷ SALOMON, Délcio Vieira. Op. Cit.

¹⁸ LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1991.

CAPÍTULO I

CONCEITOS E DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

As cidades crescem diuturnamente, “constroem-se”, “destroem-se” e “reconstroem-se” numa dinâmica cada vez mais peculiar, quase autônoma e à revelia das tentativas de controle das técnicas de planejamento, desafiando uma pseudo-ordem idealizada muitas vezes em virtude de conveniências. Compreender as cidades, ainda que no campo das abstrações, requer buscar uma materialização de uma “ordem” própria, estabelecida, ainda que efemeramente, na apropriação do solo e na produção do espaço.

Nesta perspectiva, o analista debate-se permanentemente com a dificuldade de não conseguir dispor de instrumentos analíticos, suficientemente flexíveis, perfeitamente adaptáveis, para poderem acompanhar o funcionamento e a evolução dos sistemas reais, essencialmente quando se trata das ciências sociais. Quando procura conhecer e intervir sobre o funcionamento do sistema social, o grande desafio para o cientista social continua a ser a mutação do seu objeto de análise, no tempo e no espaço, num processo ao mesmo tempo dinâmico e complexo. Assim é, também, com os sistemas espaciais, que são em essência, a materialização das relações sociais, culturais, políticas, econômicas etc. Desta forma, a sua variabilidade e diversidade constituem para o analista não só um desafio mas, também, a sua razão de ser.

Face a complexidade do espaço, suas componentes e suas imbricações, destacam-se processos e dinâmicas que reclamam mais expressivamente reflexões e estudos. Elege-se portanto, prioridades, variáveis analíticas, pois como diria o Prof. Silva: “quando tudo é importante, nada é importante” (informação verbal)¹⁹. São as suas irregularidades que o tornam objeto de

¹⁹ Informação obtida em entrevista concedida pelo Prof. SILVA, fevereiro de 2004. Ver anexo p. 100.

atração para o homem, que dele procura aproveitar riquezas, e para o analista, que procura compreender e antecipar os seus processos de transformação. Essa, certamente, não é tarefa fácil, em virtude, como já dito, da complexidade do objeto de estudo.

O espaço é, por isso, um sistema complexo. Ao procurar interpretá-lo, o estudioso constrói modelos analíticos onde, simplificando alguns dos seus aspectos considerados menos relevantes, procuram fazer sobressair os julgados mais significativos para a compreensão do funcionamento do sistema. De outra forma, o Prof. Silva cita Lösch, quando diz “que a realidade é tão complexa, [...] a realidade, o mundo é tão complexo, que você só pode entendê-lo, se você simplificá-lo. E você só simplifica a realidade, se você construir modelos (informação verbal)²⁰.

Os modelos interpretativos do funcionamento do espaço têm as mesmas virtualidades e estão sujeitos às mesmas críticas de todos os outros modelos analíticos. Os aspectos mais relevantes tornam-se determinantes da estrutura do modelo. Uma estrutura é, por definição, algo que deve ser considerado estável, pelo menos, no médio prazo. Só que a estabilidade do modelo é, em geral, menos durável do que se espera. A hierarquia das variáveis relevantes altera-se. Portanto, a estrutura do modelo que era supostamente ferramenta para compreender o funcionamento do sistema, modifica-se.

Desta forma, delinea-se de antemão o objeto central do estudo em apreço e com ele, a necessidade da discussão do conceito de espaço. Sem a ambição de esgotar tal discussão, que transcende os campos de atuação de diversas ciências, seus interesses, filosofias e ideologias,

²⁰ Informação obtida em entrevista concedida pelo Prof. SILVA, fevereiro de 2004. Ver anexo p. 100.

cabe ao menos um esforço para caracterização do que entendemos enquanto espaço e sua apropriação no presente estudo.

É notório que a categoria espaço é um objeto de análise em múltiplas disciplinas científicas. Na Biologia, na Geografia, na Antropologia, nas ciências do ambiente, na Sociologia, na Filosofia, na Economia, na Engenharia, na Arquitetura, etc., o espaço é compreendido de maneira peculiar, cabendo evidentemente aproximações de entendimentos em seus marcos conceituais. Entretanto, cada uma das ciências evidencia a característica, ou conjunto de características, do espaço que melhor enquadram cada uma das correspondentes perspectivas de análise, construindo definições de espaço particulares, pertinentes as suas preocupações investigativas.

Para Leibniz, (apud SERRA²¹), “o espaço é algo puramente relativo do mesmo modo que o tempo, isto é, como uma ordem de coexistências assim como o tempo é uma ordem de sucessões”. Serra²² destaca outras tantas concepções de espaço, pontuando desde as correntes de visão subjetiva (HOBBS, KANT, HEGEL etc.) às correntes positivistas-pragmáticas. Entretanto, o autor considera finalizando que,

[...] o espaço com que se lida na geografia, no planejamento e nos assuntos urbanos, jamais está “vazio”, não se colocando, portanto, dúvida sobre sua existência material. Esse espaço é no mínimo constituído pelo solo, sub-solo e atmosfera. (SERRA, 1987, p. 29).

Neste sentido, cabe então uma primeira abordagem relativa à apropriação do solo e à respectiva produção do espaço. Sendo o solo, meio físico material onde a cidade se materializa, é o espaço urbano o retrato temporal das relações sociais emanadas do modo de

²¹ SERRA, Geraldo. O Espaço Natural e Forma Urbana. São Paulo, Nobel, 1987. p. 27.

²² Idem. Ibidem. p. 28.

produção capitalista. Para Guimarães²³, solo é tão somente um elemento constituidor do espaço, que por sua vez transcende definições tangíveis, constituindo-se juntamente com a sociedade, numa unidade.

Em nossa presente abordagem, cabe-nos particularmente destacar enquanto foco de análise inicial, os conceitos de espaço natural, de espaço geográfico e de espaço econômico. Para Alves²⁴ (2001, p. 15), “o espaço natural é um espaço quase mítico, o espaço tal como nos é, ou foi, oferecido pela natureza, antes de qualquer intervenção humana”. Na mesma linha, concorda Serra²⁵ (1987, p. 29) ao afirmar que “o espaço físico natural, ou simplesmente espaço natural, refere-se a uma parte da superfície da Terra que não tenha ainda sofrido qualquer adaptação pela ação humana”.

Entretanto, uma abordagem reflexiva, ainda que pouco pretensiosa acerca desta visão estática do equilíbrio da natureza, aponta-nos uma conclusão evidente. A natureza não possui um equilíbrio natural imutável, e através de processos dinâmicos, encontra-se permanentemente em processos de transformações equilibrantes e desequilibrantes, numa sucessão de estágios. Evidentemente, a intervenção humana pode acelerar ou retardar o desenrolar dessa dinâmica, logo, o equilíbrio natural não existe, senão como abstração. A natureza em sua essência é, portanto, diferenciada, e nas palavras de ALVES²⁶:

“nela [a natureza] se insere o Homem e da interação de ambos surgem especificidades, tanto nas características biológicas do Homem e dos animais, como nas culturas e na forma como se realiza a ocupação do território. Desta interação do Homem com a natureza se ocupam as noções de espaço geográfico e de espaço econômico”. (ALVES, 2001, p.17).

²³ GUMARÃES, Eduardo Nunes. Economia Regional: Elementos Conceituais e Metodológicos. p. 6.

²⁴ ALVES, Manuel Brandão. Multidimensionalidade do Espaço: Do Espaço Objecto ao Espaço Sujeito e à Ordem no Território. 2001, p.15.

²⁵ SERRA, Geraldo. O Espaço Natural e Forma Urbana. Op. Cit. p.

²⁶ ALVES, Manuel Brandão. op Cit. p. 17.

O território tende a ser o domínio do compromisso e da solidariedade entre o homem e o espaço, entre o homem e a natureza. O espaço, ao transformar-se em território, deixa de ser um simples objeto a modelar para passar também a ser um sujeito de interesses. O espaço não é, apenas, um objeto a transformar, ao tornar-se território, surge como sujeito de interesses.

No espaço geográfico estão presentes, quer o espaço natural, quer as transformações derivadas da ação do Homem, através do trabalho social. Citando uma expressão de Marx, Correa²⁷ (1995, p. 54) menciona-o como “*segunda natureza*”, haja vista tratar-se do fruto da transformação da natureza primitiva – espaço natural. Em busca do conceito de organização espacial, Correa²⁸ (1995, p. 54) traz-nos vários sinônimos, os quais adotamos em nosso estudo por compreendê-los pertinentes, tais como: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço social, espaço geográfico, ou simplesmente espaço.

A organização espacial da cidade, para Correa²⁹, corresponde ao conjunto de usos de terra, ao solo urbano. Os usos, por sua vez, são os mais variados e diversificados possíveis, espelhando contradições e conflitos. Estes usos “delimitam” áreas, ainda que de maneira abstrata, sem marcos tangíveis, como por exemplo, as áreas industriais, as comerciais, as de serviços e de gestão, as de lazer e de reserva para expansão futura, as de residenciais etc...

Assim, apreende-se um primeiro predicado do espaço urbano, fragmentado e articulado. Sim, articulado pois a cidade guarda uma interação incontestada entre seus vários usos. Ainda

²⁷ CORREA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo, SP: Ática, 1995. p. 54.

²⁸ Idem.

²⁹ CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo, SP: Ática, 1989. p.7.

segundo Correa³⁰, a articulação dá-se de duas formas: empiricamente, através de fluxos de pessoas, veículos e de uma maneira geral através dos deslocamentos, ou mesmo num plano mais intangível, no âmbito das relações espaciais que compreendem a circulação de decisões, investimentos de capital, da prática do poder e da ideologia. De outra forma, assim como os fluxos e deslocamentos empíricos são responsáveis pela coesão das diferentes áreas de uso do espaço urbano, as relações espaciais de ordem social, ainda mais intensamente, são responsáveis pela integração deste todo fragmentado.

Diria então Correa³¹ (1989, p. 09) o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”.

Cabe-nos, entretanto, ressaltar que o estudo do espaço é freqüentemente valorizado pelos geógrafos, observando-se o espaço físico (Geografia Física) e as interações entre esse espaço e a ação do Homem (Geografia Humana), enquanto um espaço de lugares. De outra forma, para os economistas, o espaço, em vez de um espaço de lugares, tem sido abordado como um espaço de localizações onde, pela ação do Homem, se vão implantando as atividades econômicas.

Isto posto, atribui-se necessariamente ao espaço, uma dimensão intrínseca a todos os fenômenos (variáveis), particularmente os de amplitude econômica. Em muitos casos, especialmente na tentativa de construção de modelos “ideais”, ou mesmo em análises relativas às configurações espaciais, o espaço não pode ser, apenas, mais uma variável econômica, ou

³⁰ CORREA, Roberto Lobato. Op. Cit. p.7-8.

³¹ CORREA, Roberto Lobato. Op. Cit. p.9.

social, ou política, ou ideológica. A Economia Regional e Urbana tem vindo, ao longo do tempo, progressivamente e com diferentes configurações, evidenciar tal perspectiva.

Numa abordagem mais estrita, esta disciplina, quer tenha preocupações mais ou menos descritivas, ou mais ou menos analíticas, tem procurado centrar as suas atenções, sobretudo, sobre as interações dos espaços regionais e urbanos com a formulação dos problemas econômicos. Numa perspectiva mais ampla, a Economia Regional e Urbana engloba a análise dos problemas econômicos que se desenvolvem nos espaços, locais, urbanos, regionais, nacionais, internacional, bem como as dependências, ou interdependências que entre eles se estabelecem.

Neste sentido, toda a Economia é espacial, isto é, toda ela tem referência, explícita ou implícita, a um certo espaço. Em assim, sendo, vale a recomendação de que o espaço não se configura apenas como um bem econômico, no quadro da economia regional e da economia urbana, representando um mero fator produtivo ou objeto de consumo e de investimento. Em conformidade com as palavras de Guimarães destacadas anteriormente, o espaço não é neutro, nem do ponto de vista da localização das atividades econômicas, nem do ponto de vista da política econômica.

A complexidade do espaço pode ser bem definida, ao menos bem sinalizada, numa metáfora sugerida por Ruy Moreira (apud SANTOS), destacada por Correa³²:

Imagine um ginásio esportivo polivalente. A quadra está organizada para ali realizarem-se jogos de vôlei, basquete e futebol de salão. Para cada esporte (atividade), a quadra (superfície da Terra) tem um zoneamento específico (regiões), áreas limitadas por linhas onde há certas restrições ou penalidades. Para cada jogo, há regras (leis, códigos morais) e um juiz (aparelho repressor). Cada jogador (agente realizador de uma atividade) tem uma posição dentro da quadra (localização da atividade) e há caminhos a serem percorridos pelo jogador e a bola (fluxos, materiais

³² CORREA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo, SP: Ática, 1995. p. 59

ou não). Em outras palavras, para cada esporte existe uma organização espacial específica. Na quadra polivalente, no entanto, cada modalidade é praticada de uma vez, não sendo possível a sua prática simultânea. A organização espacial global, ao contrário, consiste na simultaneidade das atividades específicas. Como se na quadra polivalente estivessem sendo praticados ao mesmo tempo os três mencionados esportes. (CORREA, 1995, p. 59).

Tomado nesta perspectiva, reforça-se que o espaço, do ponto de vista da localização das atividades econômicas, não é neutro. Dadas as características dos diferentes espaços e das diferentes atividades não é indiferente. Retomando a metáfora explicitada anteriormente, as linhas que demarcam a quadra, necessariamente não representam os mesmos significados para os variados esportes que nela se podem realizar. Da mesma forma, os agentes de configuração do espaço urbano apresentam peculiaridades que lhes são próprias, e são traduzidas nas diversas formas de apropriação e de consumo do espaço.

Existem, sempre, opções de localização alternativas que podem e devem ser consideradas. Mais uma vez, recorda-se que tal acontece porque o espaço é diferenciado, nas suas características de paisagem, nos fatores que a natureza oferece, nas acessibilidades de que dispõe, nas infra-estruturas que proporciona, nas qualificações humanas que o caracterizam entre outros tantos fatores. Entretanto, deve-se destacar fundamentalmente, a capacidade que o espaço possui para combinar diferentes variáveis e para, a partir dessa combinação, otimizar a geração de bens e serviços com utilidade social-econômica.

As atividades sócio-econômicas ocorrem em todos os espaços. Entretanto, tal afirmação necessariamente não quer dizer que as atividades sócio-econômicas caracterizem-se do mesmo modo em todos eles. Um primeiro entendimento que se torna evidente, é que as atividades realizadas num determinado espaço, e principalmente as variáveis que lhe são peculiares, sobretudo no tocante a sua área de influência, ou de impactos, não necessariamente se esgotam, unicamente nesse mesmo espaço. À medida que a área de

influência das variáveis vai aumentando, assim, se vai passando dos espaços de referência de menor dimensão para os espaços de maior dimensão (para espaços de uma outra escala de análise).

No passado, um dos principais fatores estratégicos de desenvolvimento espacial foi a disponibilidade de fontes de energia (água, carvão), que se encontravam associadas a matérias primas essenciais (metais ferrosos e não ferrosos) e a vias de comunicação naturais (rios, mares, canais, etc.). Hoje, estes fatores sem terem perdido completamente a sua importância estratégica, viram-na diminuir, consideravelmente.

O progresso tecnológico no domínio dos transportes e das comunicações, tão ou mais importantes que os fatores naturais acima mencionados, passaram a ser os novos fatores, de conhecimento, de capacidade de comunicação e de relacionamento à distância que se tornaram determinantes, ou pelo menos prioritários.

O desenvolvimento espacial é, assim, função tanto de fatores naturais como de fatores construídos. A propriedade de dotação de fatores, entendida como dotação de fatores naturais, que no passado tanto condicionou a formulação de estratégias de desenvolvimento, passou hoje a ser extensiva à dotação de fatores construídos, ou seja, aos que resultam da ação do homem sobre as benesses da natureza e do seu esforço no progresso do conhecimento.

Um outro aspecto também importante é o de que se deve precaver contra a tentação de considerar que a lógica de formação dos espaços é apenas um instrumento para a análise e planejamento da implementação das decisões das administrações públicas. Ela é válida para

estudar a inserção no espaço de todas as administrações, sejam elas públicas ou privadas, empresas, bem como de outras instituições.

Assim, a dimensão relevante para o espaço é, pois, determinada pela natureza dos fenômenos econômicos e pela área necessária para abarcar todas as suas características essenciais. Para uns será o espaço internacional, para outros o espaço nacional, para outros o espaço regional, etc... O nosso propósito em questão é o espaço urbano, porém cabe alertar que a dimensão do espaço que deve ser considerada é condicionada pela natureza dos fenômenos em estudo, não obstante reconhecermos que a importância de fatores e variáveis nos remete a outras escalas de análise.

As interdependências estabelecem-se não apenas entre espaços da mesma dimensão mas, também, entre espaços de diferentes dimensões: entre espaços locais (entre si), entre espaços locais e espaços regionais, entre espaços regionais (entre si), entre espaços regionais e espaços nacionais, etc...

Em síntese, importa salientar que os espaços nas suas diferentes dimensões (escalas) não se encontram isolados, não são independentes uns dos outros. Os fenômenos econômicos nunca têm incidências exclusivas num único espaço, ainda que os seus efeitos se manifestem predominantemente num determinado espaço.

Enfim, cabe destacar que a localização e o desenvolvimento de atividades humanas num determinado território pode ter como conseqüência tanto a construção como a destruição de território. Existe construção sempre que dessa intervenção resulte, a curto, médio e longo prazos, uma melhoria das condições de vida das populações. Existe destruição, se a melhoria

das condições de vida não existe, ou é apenas aparente e transitória, implicando na deterioração da paisagem, da natureza e das tradições culturais que dão consistência à existência da comunidade.

Poder-se-ia falar, em conformidade com as palavras do Prof. Silva, em processos de territorialização, na medida em que novas características são impressas num determinado espaço, em virtude do enraizamento de novas funções. Eventualmente, num dado momento em determinadas circunstâncias, inicia-se um processo de desterritorialização. Tal fenômeno pode ser observado, principalmente em virtude das denominadas deseconomias, exemplificadas fundamentalmente por transtornos de várias ordens. Eis que surge o grande desafio ao planejador urbano: elaborar estratégias eficientes e eficazes de reterritorialização, que possam minimizar danos e prejuízos, propiciando novas territorialidades, ou a manutenção da territorialidade pré-existente.

Observar o comportamento dos agentes de configuração do espaço urbano, em nosso caso de estudo, o comportamento das empresas no que tange à decisão locacional, pode representar um primeiro passo, não apenas no sentido de perceber antecipadamente os efeitos, a iminência da desterritorialização em um determinado espaço, mas também, no que tange à formulação de ações de curto, médio e longo prazos que possam melhor coordenar essa dinâmica. Quer-se dizer que não basta combater os efeitos, mas na qualidade de planejador, cabe a perspicácia de prevenir causas.

As Teorias Clássicas da Localização são um norte confiável, não em termos absolutos, posto que foram formuladas sob outros contextos, e com eles, sob a ação e interação de outras tantas variáveis. Entretanto, negá-las, é certamente um descuido do urbanista, do urbanólogo, no

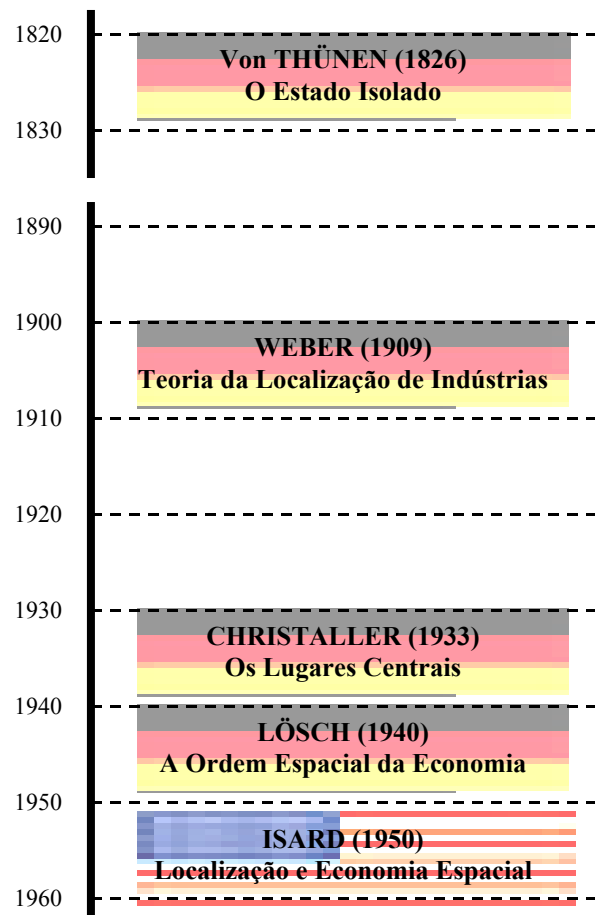
exercício do planejamento urbano. O Capítulo II a seguir tenta resgatar as principais contribuições do que se denomina Teorias Clássicas de Localização, ressaltando as premissas mais pertinentes ao estudo em curso.

CAPÍTULO II
AS TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO:
ABORDAGENS CLÁSSICAS³³

O que se define neste estudo como “Teorias Clássicas de Localização” é um conjunto de trabalhos que evoluiu de forma mais ou menos seqüenciada de Thünen a Isard, conforme mostrado na Figura 1 a seguir. Trata-se, portanto, de uma sistematização cronológica da produção científica relativa à Teoria Locacional.

Conforme Cavalcante³⁴ (2002, p. 6), “este conjunto de trabalhos é por vezes chamado de ‘teorias neoclássicas da localização’, ‘ortodoxias teóricas’, ‘geometria germânica’ ou simplesmente ‘eixo de teoria da localização’”. Observando-se a figura 1, é notória a predominância de autores alemães, de onde decorre a denominação, também comum, de “escola alemã”. Contudo, dentre os autores destacados como principais contribuidores ao referencial das Teorias de Localização, inclui-se também o trabalho do economista norte-americano Walter Isard. Em geral, as contribuições teóricas dos autores destacados residem no estudo das

FIGURA 01 – Sistematização da Produção Científica relacionada à Teoria da Localização.



Fonte: Adaptação em 2004 a partir de CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. Salvador, 2002, p. 6.

³³ De acordo com Cavalcante (2002, p. 6), “[...] optou-se por intitulá-las genericamente de ‘teorias clássicas da localização’ em função da visível influência do conceito de ‘livre mercado’ empregado em suas formulações, mas evitou-se qualificá-las de ‘teorias neoclássicas’, uma vez que von Thünen, por exemplo, foi contemporâneo de David, Ricardo e, portanto, anterior à produção que se convencionou chamar de ‘neoclássica’”.

³⁴ CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Op Cit.

decisões do ponto de vista da firma, considerando como variável fundamental o papel dos custos de transporte, na determinação de uma “localização ótima”.

Como em qualquer ciência, e com particular apropriação nas ciências sociais, a Teoria da Localização pressupõe simplificação, através da formulação da estrutura do espaço, dos comportamentos dos agentes, da estrutura da economia, bem como das interações que se pode observar entre os fatores mencionados e outras tantas variáveis. O que nas palavras de Silva, é visível, quando cita a necessidade de simplificação através de modelos espaciais, na tentativa de compreender uma realidade tão complexa quanto a produção do espaço urbano. O esforço, portanto, consiste na tentativa de extrair da percepção empírica, os pontos cruciais à compreensão do fenômeno em análise.

A principal aspiração de todo o cientista social é a de, a partir de comportamentos observáveis, variáveis tangíveis que de alguma sorte são, ou tornam-se, mensuráveis, procurar antecipar comportamentos futuros. Dada a complexidade dos comportamentos, ainda que observáveis, raramente é possível fazer deles uma apreensão completa. Por isso, o cientista procura descobrir regularidades e, a partir delas, constituir ao que Martins (2001, p. 8) denomina de “racionalidades”.

A construção das racionalidades dá-se a partir de um conjunto de hipóteses sobre o comportamento dos agentes (produtores, consumidores, administrações, etc.). Se os agentes, ao tomarem as suas decisões, se comportam de acordo com aquelas hipóteses, diz-se que adotam um comportamento racional; pois não se desviam do modelo hipotético. Entretanto, quando o comportamento dos agentes foge aos limites e premissas idealizados hipoteticamente, diz-se que possuem um comportamento irracional. Desta forma, a medida

em que os comportamentos enquadram-se no modelo hipotético-teórico e, portanto, racionais, diz-se que passam a ser apresentados como condição e garantia de decisões eficientes.

Estabelecida uma lógica de racionalidade econômica, e os critérios de eficiência que dela decorrem, pode o economista ensaiar antecipações sobre os objetivos a fixar, os comportamentos a adotar e os resultados a atingir. Segundo Martins³⁵:

O economista dispõe, assim, de uma espécie de caixa preta (de uma alquimia) que lhe permite dizer que, desde que os agentes econômicos adotem comportamentos e objetivos racionais, e lhes sejam fornecidos determinados *inputs*, os resultados obtidos serão eficientes. Ganharão não apenas cada um dos agentes individualmente, mas, também, todos os agentes no seu conjunto. (MARTINS, 2001, p. 9).

Aproximando-se das ciências exatas, o cientista social dispõe de um modelo geral e abstrato, que em verdade consiste na ferramenta de garantia, que possibilite realizar projeções e antecipações no futuro, permitindo a adoção das melhores decisões que serão caracterizadas como racionais e eficientes. Entretanto, cabe ressaltar que em algumas circunstâncias o modelo idealizado poderá não se adequar completamente ao comportamento anômalo de algum agente econômico. Neste sentido, a exclusão das situações consideradas como marginais, ou pelo menos não esperadas a partir do modelo hipotético-teórico, é o preço da adoção dos princípios da racionalidade previamente definida.

Deve-se observar, que a grande maioria dos modelos que procura descrever o comportamento dos agentes econômicos no espaço, inspira-se nesta perspectiva. Entretanto, nem sempre a sua beleza formal, hipotética, é suficientemente atrativa para impor, ou melhor, apreender, a incerteza que rodeia os acontecimentos e a liberdade de comportamento dos agentes. Decorre então, que a racionalidade econômica nem sempre é atingida, ou atribuída, aos fenômenos em análise. Torna-se evidente, por conseguinte, que a razão dos agentes econômicos raramente se

³⁵ MARTINS, António Natalino. Modelos Explicativos da Localização das Atividades no Espaço. Centro de Investigações Regionais e Urbanas – Universidade Técnica de Lisboa. Documento de Trabalho nº 4/2001.

compatibiliza plenamente com a racionalidade da teoria que, engessada pelas simplificações dos modelos, negligencia fatores intangíveis não comportados pelas hipóteses preconizadas.

Há de se ressaltar, também, que a informação não é plenamente perfeita, nem transparente, para todos os agentes, mesmo porque existem variadas formas de decodificação da informação. Produtores e consumidores têm que tomar as suas decisões em contexto de informação imprecisa, ou porque a não dispõem na sua totalidade, ou porque a possuindo não se encontram em condições de, convenientemente, a poderem selecionar, trabalhar e se apropriar, ou ainda, porque dela se apropriam de maneira peculiar, no sentido de atender interesses particulares e necessidades próprias, nem sempre comuns aos demais agentes.

A informação é, assim, imperfeita no espaço e no tempo. Em cada momento, e em cada lugar, não se conhecem, completamente, o comportamento dos agentes e o estado dos recursos, e das tecnologias, em outros lugares. Assim, pode-se constatar que os agentes tomam decisões em contexto de incerteza. Mesmo que se conhecesse, ficaria sempre a questão de saber se a racionalidade que ela pressupõe, mais do que uma racionalidade de homens e agentes econômicos livres, não será antes uma racionalidade consubstanciada em fatores puramente subjetivos, como *feeling*³⁶, por exemplo, presos a regras de comportamento sem conteúdo real.

A admissão de hipóteses de rigidez, natural ou construída ou de livre circulação de bens e fatores, modifica a concepção do espaço que se tem em consideração, quando é avaliado como fator condicionador de decisões econômicas.

³⁶ Conhecimento de caráter eminentemente intuitivo, construído a partir da prática de determinada atividade, sem experimentação/comprovação empírica/ teórica bem elaborada. [nota do autor].

O desenvolvimento no território já não depende exclusivamente da sua apetência física para atrair atividades, mas também da disponibilidade de outros fatores, como a qualidade da mão de obra, as infra-estruturas, materiais e imateriais, a existência de uma administração eficaz, a capacidade para estabelecer interdependências, etc. O espaço, tanto ou mais fator condicionante de localizações, passa a ser objeto de condicionamento, pelas políticas de localização dos agentes privados e das administrações.

Neste contexto delineado até então, não obstante as já mencionadas dificuldades que apresentam os modelos construídos na suposição de uma certa racionalidade econômica, não se pode desprezar que a partir dos seus esquemas abstratos, o analista, com algumas salvaguardas, pode tomá-los como ferramenta no sentido de obter interpretações analíticas. É nesta lógica que, em grande medida, se insere a Teoria Clássica de Localização.

II.1 – VON THÜNEN – O ESTADO ISOLADO

Em 1826, o proprietário de terras alemão Johann Heinrich von Thünen (1783-1850) publicou o primeiro volume do livro “O Estado Isolado”. Considerada como a primeira abordagem científica à questão espacial na Economia, destacam-se na obra o pioneirismo e a elegância do modelo idealizado Thünen.

Decorre então, a grande importância atribuída a Thünen, considerado conforme Silva³⁷ (1976, p.2), “patrono dos geógrafos econômicos e dos economistas espaciais”. É neste sentido, que Thünen torna-se referência quase obrigatória para o estudo da economia regional e urbana, muito embora sua contribuição tenha priorizado o setor primário da economia – a agricultura.

Em síntese, o modelo de Thünen procura “determinar o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações em condições de mercado levando em consideração os custos de transporte” (CAVALCANTE³⁸, 2002, p. 7). Para tanto, uma formulação matemática é utilizada como ferramenta metodológica.

O modelo parte do princípio de que fixadas as demais condições (inclusive de produtividade), as terras localizadas no entorno de uma cidade, onde estaria concentrado o mercado, seria usada para plantar o produto com maiores custos de transporte. Na medida em que houvesse um afastamento da cidade, as terras seriam usadas para a produção de produtos cujos custos de transporte fossem menores. Desta forma, tendo-se como núcleo o mercado central – na cidade, formar-se-iam círculos concêntricos cujo aumento do raio implicaria em cultivo/ produção de produtos com menores custos de transportes. Na idealização do modelo de

³⁷ SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional. Salvador, BA, 1976.

³⁸ CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Op. Cit.

Thünen, percebe-se que autor assume um conjunto de premissas, sistematizado por Cavalcante (2002, p. 7) da seguinte maneira:

- ✓ Custos de produção uniformes decorrentes da hipótese de homogeneidade das condições naturais e tecnológicas;
- ✓ Fatores de produção (exceto a terra) perfeitamente móveis e divisíveis, o que significa assumir rendimentos constantes;
- ✓ Comercialização dos produtos agrícolas limitados a um mercado consumidor puntiforme correspondente a uma cidade localizada no centro de um estado isolado de forma circular;
- ✓ Uniformidade da rede de transporte em todo o espaço geográfico;
- ✓ Custos de transporte proporcionais à distância do mercado central e constantes no tempo.

Conforme Cavalcante³⁹, a partir dos pressupostos identificados acima, o modelo idealizado por Thünen pondera as seguintes variáveis, cujas demonstrações poderão ser melhor visualizadas a partir de exemplificações gráficas onde:

- ✓ *R* é a renda da terra (\$ por unidade de área),
- ✓ *E* é a produtividade (unidade de quantidade de produto por unidade de área),
- ✓ *p* é preço de mercado (\$ por unidade de produto),
- ✓ *a* é custo de produção (\$ por unidade de quantidade de produto),
- ✓ *k* é a distância em relação ao mercado (unidade de distância) e
- ✓ *f* é o custo de transporte (unidade de produto por unidade de área por unidade de distância).

Figura 2: Equação da Renda da Terra

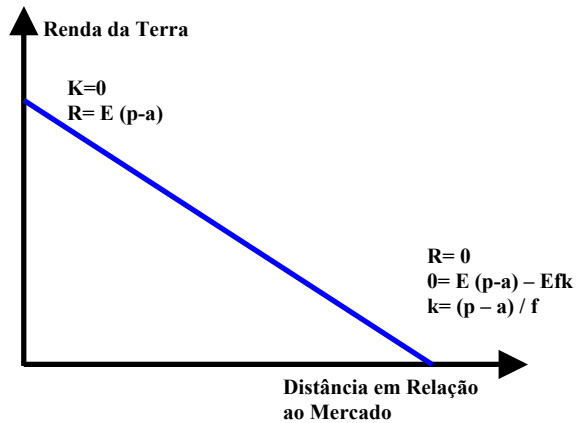
$$R = E(p - a) - E f k$$

Fonte: Adaptação em 2004 a partir de CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. Salvador, 2002, p. 8.

³⁹ Idem.

A partir da equação acima, pode-se chegar à construção gráfica da seguinte maneira:

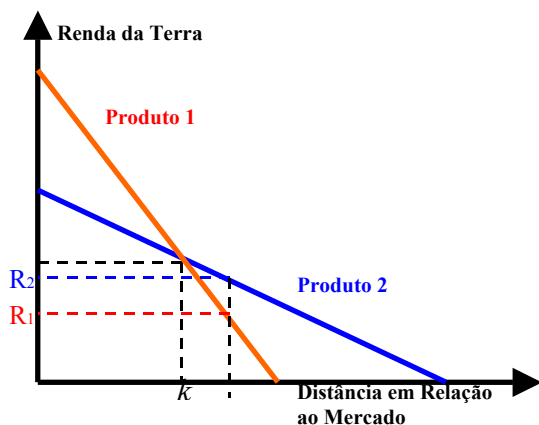
Figura 3: Gradiente de Renda da Terra



Fonte: Adaptação em 2004 a partir de CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. Salvador, 2002, p. 8.

No sentido de traçar um comparativo entre dois produtos distintos num mesmo gráfico, as retas referentes a tais produtos devem considerar diferentes parâmetros de produtividade, preço, custo de produção e custo de transporte. Sob determinadas condições, a renda da terra para estes produtos em função da distância em relação ao mercado corresponderia àquela indicada na Figura 4 abaixo.

Figura 4: Gradiente de Renda da Terra para Dois Produtos

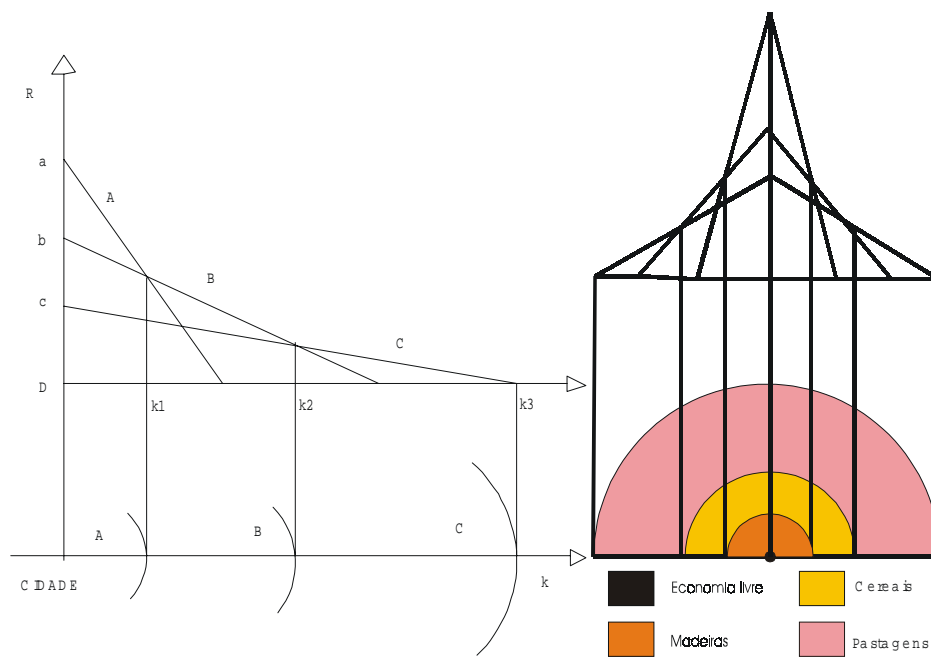


Fonte: Adaptação em 2004 a partir de CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. Salvador, 2002, p.9

Na análise da figura acima, evidencia-se que a opção pela produção do *Produto 1* seria recomendável, até uma distância k em relação ao mercado. Isto porque, extrapolando-se tal distância, a renda da terra R_1 gerada pela produção do *Produto 1*, seria superada pela renda da terra R_2 propiciada pela produção do *Produto 2*.

Com base nesta demonstração, a teoria de Thünen aponta que a decisão locacional, em termos de produção agropecuária, formaria “cinturões” agrícolas em torno da cidade onde estaria concentrado o mercado. A figura 5, abaixo, demonstra o rebatimento do gráfico obtido a partir da análise de três produtos distintos, no caso em apreço contemplando o setor primário da economia, de acordo com a teoria de Thünen.

Figura 5 – Anéis de von Thünen, e Distribuição Espacial das Atividades Agrícolas.



Fonte: Adaptação em 2004 a partir de SABOYA, Leopoldo Viriato. A Dinâmica Locacional da Avicultura e Suinocultura no Centro-Oeste Brasileiro. Piracicaba, 2001. p.135.

Nota: Na figura do gráfico acima, as variáveis “A”, “B” e “C” representam três produtos/culturas distintas, caracterizados em termos das distâncias ao centro da cidade “k”, “k₁” e “k₂”, o que lhes assegura a renda “a”, “b” e “c” respectivamente.

Entretanto, cabe ressaltar que Thünen “não somente legou os fundamentos para uma análise refinada da localização da agricultura, mas estimulou interesses em torno de uma ampla área da análise locacional” (HAGGETT apud SILVA⁴⁰, 1976, p. 1). Ampliando este entendimento, Silva (1976, p.2) recorre à sugestão de Lioyd e Dicken, quando apontam como única vantagem possível no modelo original, a localização em relação ao mercado. Portanto, renda da terra seria menos procedente do que renda locacional, mesmo porque a fertilidade, fator preponderante à renda da terra, não é considerada como vantagem no modelo de Thünen.

⁴⁰ SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Op. Cit.

II.2 – WEBER – TEORIA DA LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

Em 1909, o economista alemão Alfred Weber (1868-1958) publicou “*Über den Standort der Industrien*”. Em síntese, o autor parte do pressuposto de que a decisão quanto à localização de atividades industriais dá-se eminentemente em função de três fatores, quais sejam: o custo de transporte, o custo da mão-de-obra e um “fator local” decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração.

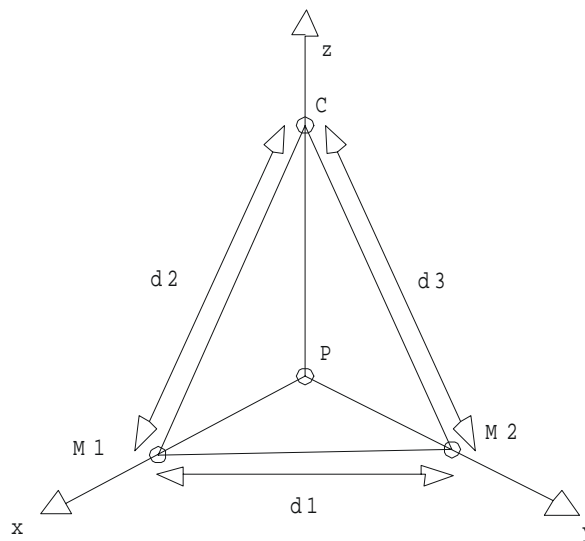
Assim, o ponto focal das preocupações de Weber concentra-se no estudo da localização de uma indústria, enfatizando sua análise em termos de decisão locacional para a influência dos custos de transportes, das despesas associadas ao custo de mão-de-obra e ao que o autor denomina de forças aglomerativas. O objetivo fundamental da firma, em seu modelo, consiste, portanto na minimização de custos face às localizações e pesos distintos das fontes de matérias-primas, dos centros de consumo e a oferta de mão-de-obra.

Para tanto, procura-se definir quais os fatores locacionais gerais da indústria, isto é, busca-se identificar quais as economias de custo que qualquer tipo de indústria pode obter ao escolher determinada localização. Assim, o ponto de partida de Weber consiste em tentar determinar a localização para indústria, tornando-a mais recomendável na medida em que minimize seu custo de operação.

Na perspectiva de Weber, há de se considerar fatores gerais, que podem ser classificados, segundo a escala geográfica de abrangência, em regionais aglomerativos e desaglomerativos. Os fatores regionais referem-se basicamente às despesas com mão-de-obra e transporte, quer seja do produto final, quer seja das matérias-primas necessárias ao processo produtivo.

Há de se ressaltar também a importância do chamado triângulo locacional, elaborado Weber. O conceito é desenvolvido a partir da observação de vários lugares diferentes de fornecimento de matérias-primas para a indústria e o centro consumidor. Nesta perspectiva, o autor argumenta que o ponto de equilíbrio das três forças, fontes de matérias primas, mão de obra e mercado, seria aquele capaz de proporcionar o menor custo para firma.

Figura 6 – Triângulo Locacional



Fonte: Adaptação em 2004 a partir de SABOYA, Leopoldo Viriato. A Dinâmica Locacional da Avicultura e Suinocultura no Centro-Oeste Brasileiro. Piracicaba, 2001. p.138.

Nota: A figura acima representa o *Triângulo Locacional* de Weber, e tenta equacionar em função das distâncias “d1”, “d2” e “d3”, o centro de consumo “C”, os locais de mão de obra “M1” e “M2” e o local de Produção “P”.

No que tange às matérias-primas, Weber distingue as disponíveis em qualquer lugar – denominadas de *ubiquidades*, e as matérias primas ofertadas apenas em determinadas localidades – denominadas *localizadas*. Levando-se em consideração as peculiaridades pertinentes a cada um dos tipos de matérias primas caracterizados, torna-se possível desenvolver dois conceitos relacionadas para avaliar a importância dos custos do transporte de matéria-prima.

O primeiro deles é o *índice material*, representado pelo quociente entre o *peso das matérias-primas localizadas* e o *peso total do produto*. Da análise deste indicador, tem-se que valores próximos a zero indicam a presença predominante, ou quase exclusiva, das ubiqüidades. De outra forma, os valores derivados do quociente definido acima maiores que 1, apontam a existência de perdas no processo do produto.

O *peso locacional*, por sua vez, relaciona o *peso total a ser transportado*, correspondente ao peso das matérias-primas localizadas mais o peso do produto, com o *peso do produto*. De acordo com valores assumidos por esse indicador, assume grande importância à melhor localização da indústria, na medida em que este indicador proporciona uma idéia da importância relativa do custo de transporte das matérias-primas e do produto final na escolha relativa à localização.

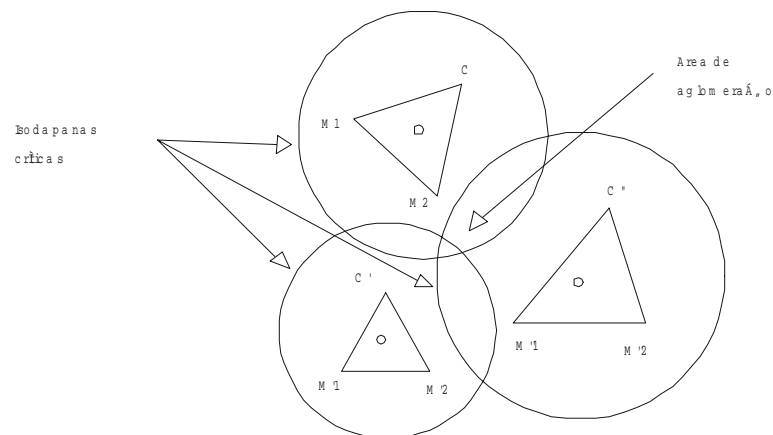
Assim, se o *peso locacional* for elevado, o entendimento é de que há perdas expressivas de peso no processo produtivo, o que resulta na constatação de que é recomendável a proximidade das fontes de matérias-primas. Contrariamente, a obtenção de valores baixos a partir da ponderação destes indicadores, considera-se que há ganhos de peso no processamento do bem, e por conseguinte, sugere-se que a localização da indústria seja mais próxima do mercado consumidor.

Na mesma linha de raciocínio da avaliação das matérias primas, são também elaborados indicadores similares ao fator mão-de-obra. Assim, um dos conceitos fundamentais diz respeito ao *índice de custo de mão-de-obra*, o qual, mediante a relação do *custo de mão-de-obra* com o *peso de produto*, permite a obtenção de um indicador do número de unidades monetárias de salários por unidade de peso do produto.

O quociente entre o *custo de mão-de-obra* e o *peso locacional*, denominado *coeficiente de mão-de-obra*, permite parametrizar a importância relativa dos custos de transporte e de salários. Assim, se em relação ao peso do produto o valor do coeficiente de mão-de-obra for elevado, significa que as despesas de salários (custo fator mão de obra) são mais elevadas, e portanto, mais importante que as despesas de transportes. O inverso pode também ocorrer.

A comparação entre as vantagens relacionadas ao custo de transporte e de mão-de-obra pode ser graficamente representada através das isodapanas⁴¹. Através de demonstração gráfica, figura 7, torna-se possível definir a *isodapana crítica*, na qual pode ser constatado o esgotamento da vantagem provável de ser obtida em relação ao custo de mão-de-obra com a localização da indústria em determinado lugar.

Figura 7 – Gráfico das Isodapanas Críticas



Fonte: Adaptação em 2004 a partir de SABOYA, Leopoldo Viriato. A Dinâmica Locacional da Avicultura e Suinocultura no Centro-Oeste Brasileiro. Piracicaba, 2001. p.141

Nota: A figura acima representa três *Triângulos Locacionais* de Weber, que tentam equacionar a localização da Área de Aglomeração em função dos centros de consumo “C”, os locais de mão de obra “M1” e “M2” e amplitude de abrangência dos triângulos locacionais.

⁴¹ Conforme SABOYA, (apud FERRERA 1989, p. 99) Isodapana, onde *iso*, igual e *dapane*, despesa ou custo.

Outros conceitos fundamentais dentro da análise de Weber, referem-se aos conceitos de fator aglomerativo e fator desaglomerativo. Tomando como unidade de análise a indústria individual, o fator aglomerativo indica o ganho para a firma em relação à redução de custos proporcionado por sua localização próxima a outras firmas da mesma indústria. O fator desaglomerativo, por sua vez, é demonstrado pela redução de despesas obtida por uma determinada firma, em virtude de seu distanciamento das outras da mesma indústria já estabelecidas.

II.3 – CHRISTALLER – OS LUGARES CENTRAIS

Em 1933 o geógrafo alemão Walter Christaller (1893 – 1969) dá continuidade à produção teórica da escola clássica da localização ao publicar “*Die zentrale Orte in Süddeutschland*”. Conforme Cavalcante⁴² (2002, p. 10-11), a teoria de Christaller procura essencialmente compreender “as leis que determinam o número, tamanhos e distribuição das cidades”, entendidas como “lugares centrais” que distribuiriam bens e serviços para a região no seu entorno.

O trabalho de Christaller é desenvolvido a partir da análise da distribuição espacial das cidades no sul da Alemanha, onde o autor pode constatar que havia equidistância entre as cidades. De acordo com Silva⁴³ (1976, p. 9), Christaller parte da hipótese de que “bens e serviços são produzidos e oferecidos em um pequeno número de pontos necessariamente centrais de forma a ser consumido em muitos pontos dispersos”. Ao tentar explicar os arranjos espaciais observados, Christaller define então o conceito de limiar (*Threshold value*), nível mínimo de demanda que asseguraria a produção de um determinado bem ou serviço.

De acordo com Cavalcante⁴⁴ (2002, p. 12), ao definir o alcance de um bem ou serviço (*the range of a good*), isto é, “a maior distância que a população dispersa se dispõe a percorrer objetivando adquirir um bem ou utilizar um serviço”, o autor desenvolve em sua teoria uma espécie de hierarquia entre cidades. Neste sentido, o pressuposto é de que quanto maiores o limiar e o alcance de um bem ou serviço, menor será o número de cidades aptas a oferecê-lo.

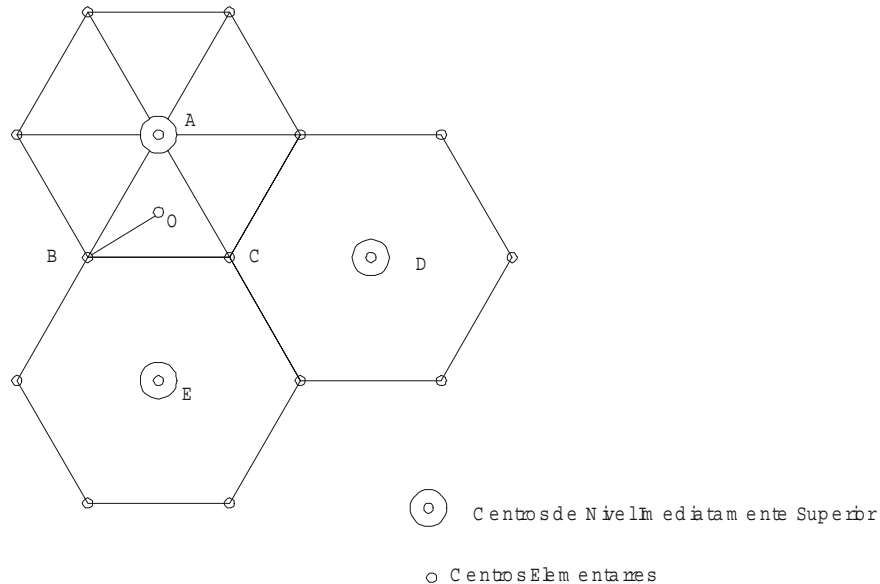
⁴² CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Op. Cit

⁴³ SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional. Salvador, BA, 1976.

⁴⁴ CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Op. Cit

A figura 8, abaixo, demonstra a forma espacial idealizada por Christaller para definir a hierarquia das localidades centrais.

Figura 8 – Hierarquia das Localidades Centrais



Fonte: Adaptação em 2004 a partir de DONNE, Marcella Delle. Teorias sobre a Cidade. Rio de Janeiro, 1990. p 127.

Além dos conceitos de limiar e alcance espacial, Silva⁴⁵ (1976, p. 9) pondera que há necessidade de se observar que tais conceitos assumem diferentes gradações em termos de dimensão, em função de determinados bens e/ou serviços. Neste sentido, ressalta o autor, da mesma forma que há bens/serviços com baixo limiar (*low-order goods*) e um correspondente alcance limitado, há também bens/serviços que demandam expressivo alcance espacial (*high-order goods*).

Silva⁴⁶ (1976, p. 10) alerta ainda, que na teoria de Christaller a idéia de hierarquia é reforçada, pelo fato de que há de um lado, um pequeno número de localidades centrais que ofertam bens e serviços com limiares e alcance espacial elevados, e de outro, um grande número de

⁴⁵ SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Op. Cit.

⁴⁶ Idem.

localidades, que ofertam bens e serviços de limiar e alcance espacial menos expressivos. Conforme o autor, entre os extremos, constituem-se centros intermediários, que dão contornos mais tangíveis à hierarquia idealizada por Christaller.

Nesta mesma linha de raciocínio, de maneira sintética, conclui Cavalcante⁴⁷,

Christaller admite que a produção de bens e serviços nas cidades resultaria de ‘uma escala de produção que alcança um ótimo representado por uma demanda dividida num espaço homogêneo’ Ao aplicar seu método, Christaller conclui que haveria uma tendência à formação de arranjos hexagonais para a distribuição das cidades numa determinada região. (CAVALCANTE, 2002, p. 11)

Por fim, há de se destacar os fatores fundamentais apontados Christaller, sistematizados por Silva⁴⁸ (1976, p. 10):

- ✓ O princípio básico é o do mercado, i.e., aquele que diz respeito à distribuição espacial de bens centrais por um número mínimo de localidades centrais; (SILVA, 1976, p. 10).
- ✓ O segundo é o princípio do tráfego ou da circulação, que é o de satisfazer o máximo de demanda para transporte como o mínimo de custo, o que vale tanto no estabelecimento do tráfego, quanto para operação do sistema de transporte; (SILVA, 1976, p. 10).
- ✓ O terceiro é o princípio da administração, que tem como objetivo principal o da criação de uma estrutura administrativa hierarquizada em grande parte atendida de acordo com o princípio de mercado. (SILVA, 1976, p. 10).

⁴⁷ CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Op. Cit.

⁴⁸ SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Op. Cit.

II.4 – LÖSCH – A ORDEM ESPACIAL DA ECONOMIA

Adotando uma metodologia similar àquela utilizada por Christaller, o economista alemão Auguste Lösch (1906 – 1945) publicou, em 1940, “*Die räumliche Ordnung der Wirtschaft*”, onde propõe uma hierarquia entre as áreas de mercado. De acordo com Böventer⁴⁹ (1963, apud Silva, 1976, p. 11):

“enquanto Christaller partia da cidade de nível hierárquico máximo para logo passar aos bens com áreas de mercado menores, Lösch começa pelas áreas menores e induz sucessivamente áreas de mercado maiores. Assim sendo, no sistema de Lösch obtém-se um número maior de redes, cujos hexágonos giram com respeito à posição do hexágono de tamanho mínimo”. (SILVA, 1976, p. 11).

A preocupação fundamental de Lösch é antes de tudo, normativa. Muito mais que explicar a realidade, volta-se pra tentar estabelecer os parâmetros definidores da melhor localização para as firmas, tendo em vista o planejamento público e privado.

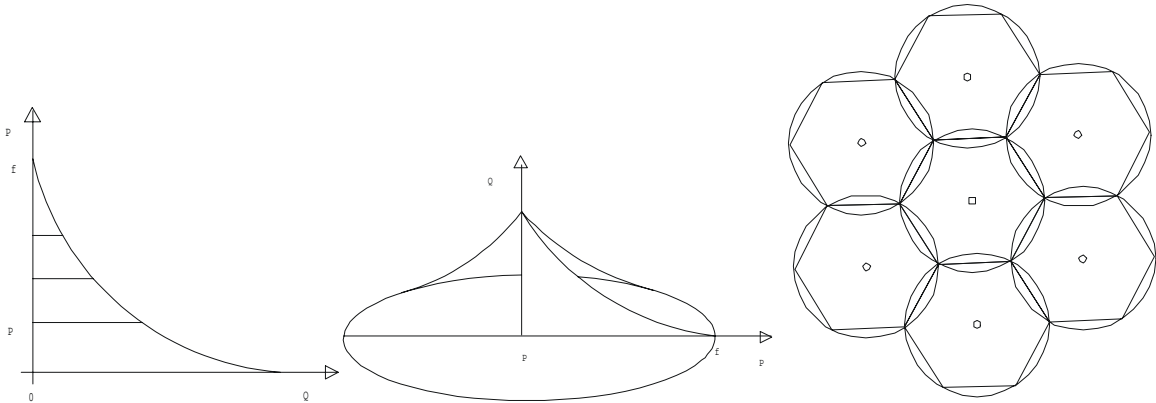
Lösch parte de alguns pressupostos como planícies homogêneas, igualdade de renda e de gastos entre os consumidores e supõe que as firmas adicionem ao preço de venda de seu produto o custo referente ao frete, determinando-se, portanto, uma demanda crescente pelo produto – em decorrência do acréscimo de preço – com o aumento da distância.

Com base nesse modelo é possível determinar o anel circular da área de mercado, correspondente ao círculo que tem como centro a fábrica e como raio a distância máxima que a firma irá atender, tendo em vista o acréscimo constante no preço de venda com a distribuição e a redução da demanda a zero num determinado ponto. Considerando-se como constante ao longo do anel também a densidade demográfica, além dos pressupostos acima

⁴⁹ SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Op.Cit.

mencionados, é possível estimar o *cone de demanda*, representativo do volume total de vendas de certa localização, na ausência de competidores.

Figura 9 – Curva de Demanda de Mercado, Cone de Mercado e as Áreas de Mercado Hexagonais



Fonte: Adaptação em 2004 a partir de SABOYA, Leopoldo Viriato. A Dinâmica Locacional da Avicultura e Suinocultura no Centro-Oeste Brasileiro. Piracicaba, 2001. p.144.

A grande contribuição de Lössch aos estudos sobre desenvolvimento regional é a sua teoria sobre sistema de cidades. Com base em algumas hipóteses bastante específicas, como planície homogênea, população igualmente distribuída por todo o território sob análise, existência de economias de escala na produção do bem final em alguns pontos do território e concorrência perfeita, Lössch consegue desenvolver uma teoria inovadora, utilizando um raciocínio puramente econômico e substituindo a versão anterior de Weber, a qual considera exclusivamente o problema de minimização de custos.

Lössch considera que não se trata apenas de minimizar custos ou maximizar receitas, mas sim considerar a maximização dos lucros. Neste sentido, consegue desenvolver uma teoria que pode ser considerada como meio-termo lógico entre a Teoria de Localização Parcial e a Teoria Geral da Localização⁵⁰.

⁵⁰ Cf. AZZONI, C. R. Teoria da Localização. apud GREMAUD, Amaury Patrick. [et al]. p. 547.

O modelo de Lösch implica uma concorrência entre cidades para suprir produtos na maior área possível, resultando um modelo com formação hexagonal, devido ao atendimento por centro de uma região circular de igual área.

A concentração espacial da produção surge como decorrência da ação oposta de duas forças: as economias de escalas e os custos de transportes. As economias de escala de um lado, à medida que implicam reduções de custo, criam estímulos para uma maior concentração da atividade industrial. Por outro lado, os acréscimos nos custos de transportes inviabilizam a concentração total. O equilíbrio estabelecido por meio da contraposição dessas forças acabará determinando o grau de concentração da produção.

A combinação dessas duas tendências, havendo concorrência, irá estabelecer a localização dos produtores no centro de hexágonos regulares de igual tamanho. Havendo, no entanto, importância maior das reduções de custo propiciadas pela escala de produção, o número de produtores pode ser menor, dispendo-se em distâncias tais que, em vistas de seus custos de transportes, suas áreas de mercado se limitam quando houver a coincidência de preços FOB⁵¹ (*free on board*) mais frete de cada firma. Essa distância determinaria o limite de mercado de cada firma. É importante notar que as reduções nos custos de transportes e o aumento da importância das escalas de produção agem no sentido de propiciar aumentos na concentração da produção.

⁵¹ Tipo de transporte de mercadorias onde não são computados custos com frete e seguro de mercadorias.

II.5 – ISARD – LOCALIZAÇÃO E ECONOMIA ESPACIAL

É com a publicação de “*Location and Space Economy*” em 1956 pelo economista norte-americano Walter Isard, que há uma “ruptura” coma hegemonia germânica no que tange à produção no âmbito das teorias da localização, inicialmente não havendo, inclusive, traduções para a língua inglesa. Neste sentido, Krugman (1998, p. 41 apud CAVALCANTE) assinala que esta seria uma barreira para sua incorporação ao *mainstream* da tradição anglo-saxônica, de tal sorte que Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 25 apud CAVALCANTE) destacam que esta produção somente se tornou disponível para o “o mundo que fala inglês” através do trabalho de Walter Isard (1956).

O trabalho de Isard, muito mais do que uma espécie de síntese em língua inglesa das teorias da escola clássica da localização resulta na proposição de uma linha de pensamento que se convencionou chamar de “*Regional Science*”. Esta perspectiva nasce da necessidade de incorporação de novas disciplinas à análise locacional, cujo desenvolvimento deu-se a partir da contribuição de diversos autores. A tentativa, portanto, era a de confrontar aquilo que poderia ter sido previsto através das teorias e principalmente, a proposição de novos fatores de localização cujo objetivo consistia em aumentar o seu grau de “adequação” à realidade.

De uma certa maneira, Isard retoma o modelo weberiano, tendo como objetivo central melhorar os esquemas espaciais e regionais da economia. Neste sentido, o autor apontava a necessidade de que a formulação teórica sobre a sociedade e a economia, não podem desconsiderar dimensão do tempo e do espaço. Em sua Teoria Geral da Localização e do Espaço Econômico, Isard desenvolve o conceito de Economia de Aglomeração, superficialmente tratado por Weber.

Para Isard, as economias de aglomeração constituem duas tipologias específicas e peculiares: de um lado, tem-se a denominada economia de localização, cuja formação pode ser caracterizada a partir do surgimento concentrado num único local de atividades semelhantes, de outro, tem-se a denominada economia de urbanização, cuja formação pode ser caracterizada a partir da justaposição de atividades diferenciadas. De maneira sintética, ponderando acerca dos conceitos de economias de aglomeração identificados acima, Donne⁵² (1990, p. 112) define as seguintes componentes:

- ✓ Economias de transporte;
- ✓ Mais fácil acesso à procura local, relativamente aos produtos de todas as empresas fornecedoras e conseqüentes economias de vendas;
- ✓ Modificações nos custos administrativos da cidade calculados por empresa
- ✓ Economias de mercado

Com todas as críticas que podem ser feitas a Isard e à *Regional Science*, há que se reconhecer que ela teve o mérito de obrigar os economistas a dialogar com outros cientistas sociais para avançar na compreensão das questões espaciais.

Por outro lado, esse eixo terminou agudizando o impasse existente na economia neoclássica para essa temática, na medida em que ficavam evidentes a importância dos conceitos de indivisibilidade e de rendimentos crescentes para explicar os fenômenos espaciais, e, em especial as chamadas economias de aglomeração. Estas estavam tornando-se um paradoxo, na medida em que cada vez mais eram responsáveis pela explicação de fenômenos espaciais, mas simultaneamente era um conceito ainda pouco claro dentro do quadro teórico.

⁵² DONNE, Marcella Delle. Teorias sobre a Cidade. Trad. José Manuel Vasconcelos. Rio de Janeiro, Edições 70, 1990.

A partir da consideração do referencial teórico delineado anteriormente, torna-se evidente que a variável custos de transportes permeia toda a discussão da Teoria Clássica de Localização, assumindo expressiva importância nos modelos particularizados neste Capítulo II. Quer seja nos modelos de von Thünen, Lösch e Christaller, onde se busca a maximização de receitas/lucros, bem como nos modelos de Weber e Isard, onde se privilegia a minimização de custos, o custo transporte é expressivamente enfatizado.

Dentre as críticas a tais modelos, destaca-se de maneira mais visível aquelas que se referem a perda da importância dos custos de transportes para as empresas modernas, e por conseguinte na diminuição de sua importância em termos de influência na decisão locacional. Neste sentido, Saboya (apud NORCLIFFE, 1975), sistematiza tal corrente crítica destacando os seguintes argumentos:

- ✓ Aumento do número de empresas que trabalham com produtos de alto valor agregado e, portanto, têm pequena participação dos custos de transportes nos custos totais do produto final;
- ✓ Uso mais eficiente de materiais, em termos de tecnologia de processos, vem fazendo com que se reduza a importância de matérias primas na localização da planta;
- ✓ A possibilidade de substituição de insumos tem frequentemente reduzido restrições de transportes na localização e diminuído sua dependência a determinados insumos;
- ✓ O desenvolvimento de tecnologias associadas ao transporte.

Um outro viés associado de maneira crítica à Teoria Clássica de Localização refere-se ao aspecto comportamental do agente econômico. Conforme Saboya (apud WALKER, 1975), “os objetivos nem sempre são completamente econômicos”, ou seja, mesclam-se no processo de decisão locacional, além de fatores eminentemente econômicos, considerações inerentes ao comportamento do empresário, suas motivações e objetivos. Enfim, pondera, Saboya (2001, p. 40), “o número e a heterogeneidade de fatores envolvidos, somados ao fato de muitos serem de natureza não quantitativa, conferem à decisão de escolher uma localização um caráter fortemente complexo”.

CAPÍTULO III
EXTERNALIDADES E AS ECONOMIAS DE
AGLOMERAÇÃO ENQUANTO AGENTES DE
CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Conforme discutido no capítulo anterior, torna-se evidente que a satisfação dos objetivos de cada agente modelador do tecido urbano depende, em maior ou menor medida, de sua localização face às atividades que desenvolve. Isto foi observado em atividades do setor primário, setor secundário e no setor terciário da economia, conforme as Teorias Clássicas de Localização apontam.

Neste sentido, a escolha da localização das atividades assume necessariamente uma dimensão econômica, e, por conseguinte, demanda a adoção de uma postura de racionalidade eminentemente econômica, em primeira instância. Haverá, no entanto, circunstâncias em que esta premissa não é privilegiada, o que será fruto de apreciação adiante neste trabalho.

Admitindo-se o capital privado (empresas), as famílias e o Estado, enquanto agentes que congregam as diversas matizes de modeladores do espaço urbano, pode-se constatar a assertiva acima mencionada. No caso das empresas em particular, muito já se discutiu neste sentido até este ponto no trabalho, e muito há de se acrescentar nesta perspectiva de análise.

Quanto ao Estado, muito embora a racionalidade de suas decisões locacionais estejam, ou pelo menos deveriam estar, relacionadas aos conceitos de eficiência e equidade, conforme veremos adiante, em última análise, enquanto gestor de recursos limitados frente a demandas ilimitadas, o Estado jamais perderá de vista questões de fórum econômico.

Já as famílias, também privilegiam a questão econômica em suas decisões locacionais. Via de regra, os custos com habitação, aspecto de maior vulto, necessariamente passa por uma adequação face ao orçamento doméstico e define, principalmente em termos de distância às áreas centrais, a capacidade de moradia da família. Famílias mais abastadas certamente privilegiam menos tal equação, mas à distância com que habitam do local de trabalho, por exemplo, acha-se atrelada à capacidade de arcar com custos elevados de transporte, que é o carro próprio. Contrariamente, no caso das famílias menos abastadas, a distância da moradia às áreas centrais prende-se eminentemente aos altos custos de moradia nessas áreas.

De acordo com Cavalcante⁵³ (2002, p. 12), pode-se observar que a partir da década de 50 começam a surgir, a serem engendradas, teorias de desenvolvimento regional que procuram enfatizar mecanismos dinâmicos, comumente associados à natureza de auto-reforço, resultantes de externalidades propiciadas pela aglomeração industrial. Estas teorias apresentam características que passam a rivalizar⁵⁴ com as teorias clássicas da localização que, haja vista conforme demonstrado anteriormente no Capítulo II, tendiam a desprezar estes efeitos, na medida em que concentravam-se em variáveis mensuráveis, quantificáveis.

Entretanto, a questão da aglomeração de atividades, priorizada como um fator determinante para a localização de novas atividades e, de alguma forma, de crescimento local ou regional, surge na literatura, de maneira pioneira, conforme aponta Cavalcante⁵⁵, com Alfred Marshall (1842-1924). Para Krugman:

⁵³ CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. *Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização*. Salvador, 2002.

⁵⁴ Cabe ressaltar, conforme CALVALCANTE (2002, p. 22) conclui, que rivalizar não necessariamente implica em incompatibilidade entre as Teorias de Aglomeração Econômica e as Teorias Clássicas de Localização. Pelo contrário, alerta o autor, evidencia-se que há entre ambas as abordagens, um sentido de “complementaridade”.

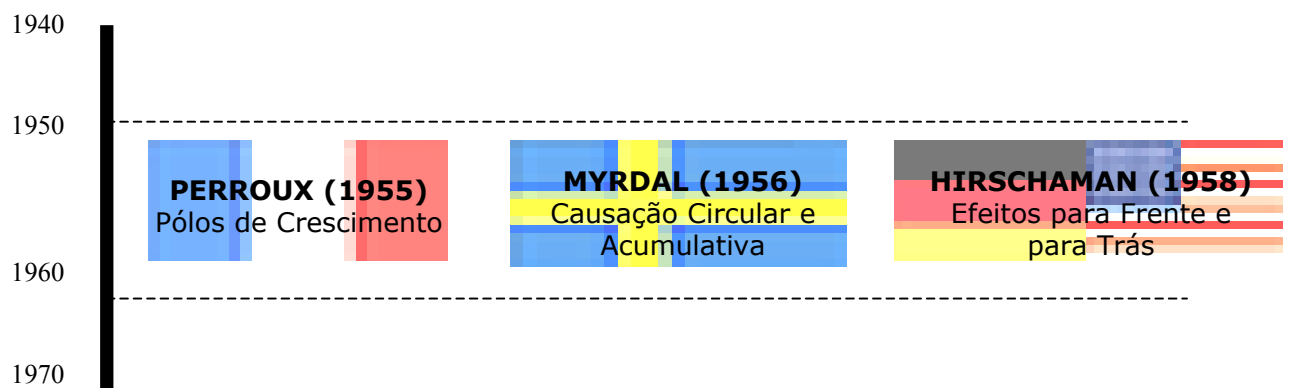
⁵⁵ CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. *Op. Cit.* p. 12.

“a idéia de que a aglomeração de produtores numa localização em particular traz vantagens, e que estas vantagens, por sua vez, explicam a aglomeração, é antiga. Eu não sei quem primeiro a explicitou, mas o economista que mais fez por ela foi ninguém menos do que Alfred Marshall”. (KRUGMAN apud CAVALCANTE, 2002, p. 12)

Em síntese, a teoria de Marshall (Princípios de Economia, 1890), tratava essencialmente de três externalidades. Duas delas, caracterizam-se pelo caráter pecuniário. A primeira trata do ganho de eficiência, em termos da formação de escala, no fornecimento de insumos viabilizados pela existência de um grande mercado local e, a segunda, das vantagens propiciadas pela grande oferta de mão de obra. Já a terceira externalidade, caracteriza-se pelo caráter tecnológico, pois trata do ganho obtido com a troca de informações entre empresas de um mesmo setor, obtida com a aglomeração destas empresas.

Cabe, no entanto, destacar que as “teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração”, conforme define Cavalcante⁵⁶, surgem efetivamente conforme dito anteriormente, a partir da década de 50, ressaltando-se como prioritárias as teorias de Perroux (Pólos de Crescimento, 1955), Myrdal (Causação Circular e Acumulativa, 1956) e Hirschman (Efeitos para Frente e para Trás, 1958), de acordo com a figura 10 abaixo.

FIGURA 10 – Teorias de Desenvolvimento Regional com ênfase nos Fatores de Aglomeração



Fonte: Adaptação em 2004, a partir de CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. Salvador, 2002, p. 13.

⁵⁶ CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Op. Cit. p. 13.

Trata-se aqui, de um novo eixo de pesquisa, pautado eminentemente na perspectiva regional cujo aprofundamento não cabe neste estudo em particular, haja vista a delimitação que se faz quando se prioriza o estudo do espaço urbano. Sabe-se das interações entre os espaços, entre as escalas de análise, conforme mencionado no Capítulo I, mas tratar minuciosamente das contribuições destes autores, foge aos objetivos traçados para execução deste trabalho.

Desta forma, ao tratar das questões que denominamos de externalidades e de economias de aglomeração, tendo-se como cenário a apreciação do espaço urbano, o estudo priorizou situar ao leitor face às abordagens preliminares, remetendo à leitura dos autores supracitados, aqueles que pretenderem aprofundar-se no tema em discussão.

Assim, o Capítulo III trata das Externalidades e das Economias de Aglomeração enquanto agentes de configuração do espaço urbano, a partir da apreciação dos fatores e das funções de localização; do entendimento das externalidades e da compreensão das economias e deseconomias de aglomeração.

III.1 – FATORES E FUNÇÕES DE LOCALIZAÇÃO

Iniciando a perspectiva de abordagem descrita acima, passa-se à consideração dos fatores e das funções de localização. Para Alves⁵⁷, o entendimento do conceito de função de localização define-se pela:

[...] função que relaciona as variáveis representativas dos fatores de localização - variáveis independentes - com as variáveis representativas dos objetivos do agente - variáveis dependentes (por exemplo: o lucro, o custo de produção, o risco, a utilidade individual e a utilidade social). (ALVES, 2001, p. 37).

Tomando-se em conta os objetivos deste estudo bem como seus marcos teóricos, pode-se observar que para o que se pretende, basta debruçar-se na análise dos fatores de localização, em detrimento da análise das funções de localização. Esta opção metodológica deve-se ao fato de que enveredar na análise das funções de localização, demandaria aporte teórico fortemente economicista. Neste ponto, concordamos com Sposito⁵⁸ ao valorizar a dimensão econômica na pesquisa urbana, tendo-se a preocupação de não admitir o enfoque “economicista”. Segundo a autora, o termo em destaque:

... faz referência à tendência de tomar o econômico como determinante do conjunto das transformações sociais, políticas e ideológicas. [...] A proposta não é a de considerar as lógicas econômicas com capazes de impor, através de uma pseudo-racionalidade de seus agentes, todas as dinâmicas que produzem a espacialidade dos processos e redefinem a territorialidade urbana. (SPOSITO, 1999. p. 53).

De outro lado, Alves⁵⁹ (2001, p. 37) observa que o fator de localização pode ser conceituado como “elemento, de natureza econômica ou não, que diferencia o espaço e é susceptível de influenciar as decisões de localização de atividades econômicas; produtivas (bens privados ou

⁵⁷ ALVES, Manuel Brandão. Op Cit. p. 37.

⁵⁸ SPOSITO, Maria da E. Beltrão. A Dimensão Econômica na Análise Urbana: Matrizes, Descaminhos e Perspectivas. In VASCONCELOS, Pedro de Almeida. SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (organizadores). Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira. Salvador: Edufba, 1999.

⁵⁹ ALVES, Manuel Brandão. Multidimensionalidade do Espaço: Do Espaço Objecto ao Espaço Sujeito e à Ordem no Território. 2001.

públicos) e/ou de consumo”. Compreendido neste sentido, os fatores de localização são classificados pelo autor, constituindo-se em variáveis das seguintes formas:

- i. variáveis com expressão econômica direta e, por conseguinte, de fácil quantificação a exemplo, do custo de transporte, da renda fundiária etc...; (ALVES. 2001, p. 38).
- ii. variáveis que, não tendo expressão econômica direta e sendo de difícil ou impossível quantificação, têm influência inegável nas condições econômicas do exercício de uma atividade. Pode-se exemplificar através das economias de aglomeração, da qualidade das infra-estruturas de transporte e comunicação, da língua dominante, etc...; (ALVES. 2001, p. 38)
- iii. variáveis que refletem fatores de natureza pessoal dos agentes que se localizam, cuja racionalidade econômica pode ser bastante mais difusa ou mesmo nula (por exemplo, residência dos familiares do empresário, os equipamentos culturais e as condições ambientais naturais). (ALVES. 2001, p. 38)

Evidentemente, cada tipo de agente modelador do espaço urbano, em virtude de suas peculiaridades, particularidades e interesses, atribuirá importância diferenciada a cada fator de localização caracterizado acima. Torna-se claro desta forma, que uma empresa de indústria de bens de produção, uma indústria de bens de consumo, uma empresa de grande porte, uma empresa pequena ou familiar, uma família de grandes recursos financeiros ou uma família de escassos recursos financeiros, todos esses agentes irão priorizar em medidas diferenciadas os diversos fatores de localização, definindo, por conseguinte, escalas diferenciadas de funções de localização. Assim, custos com transporte, com aluguel, com tributos e impostos, com amenidades naturais, com infra-estrutura educacional, de saúde etc..., terão, para cada um dos agentes, apropriações distintas.

Uma outra questão também necessária trata da importância de inter-relação existente entre os fatores de localização, e sua variação no tempo. Neste sentido, pode-se observar que com o progresso tecnológico, o conteúdo das atividades, as condições de telecomunicação, os próprios hábitos sociais e culturais de vida, estão em constante transformação principalmente nas metrópoles, haja vista que a inserção das médias e pequenas cidades neste contexto dá-se

de maneira menos expressiva. Uma das implicações deste processo dinâmico pode ser observada, por exemplo, a partir da constatação de que a dependência das localizações em relação aos custos de transporte tem vindo a diminuir, não apenas em virtude das infra-estruturas de acesso, mas fundamentalmente com a modernização do sistema de transporte nas cidades.

Deve-se ressaltar ainda, que é também inquestionável a importância crescente atribuída aos fatores de ordem ambiental, a exemplo de amenidades naturais, infra-estruturais, culturais e sociais. Nesta linha de análise, pode-se apontar a menção do Prof. Silva relativa aos estudos Teoria de Localização em países escandinavos, por exemplo, especialmente os estudos dos geógrafos suecos, cuja homogeneização dos custos condicionam aos fatores intangíveis papel preponderante na decisão locacional. A apreciação destes fatores tem vindo a exercer, especialmente nas decisões de localização das famílias, importância decisiva. Em consequência, pode-se inferir que os comportamentos de localização das próprias atividades produtivas são também alterados.

Tão evidente quanto a importância do tempo na apreciação dos fatores de localização, é também importante a análise da dimensão das escalas espaciais. Neste sentido, torna-se óbvio que há fatores diferenciados entre os espaços nacionais entre si, em si tratando de fatores de localização restritos a esse nível territorial. Noutros casos, há também diferenciações que se estabelecem em nível regional ou em nível local; e, noutros casos ainda, as diferenciações são estabelecidas em nível supranacional, transnacional. Em síntese, pode-se afirmar que a relevância de cada fator de localização estabelece-se à escala em que é diferenciador do espaço.

No sentido de explicitar a assertiva acima, há de se considerar, por exemplo, que as condições macro-econômicas ou de estrutura legislativa/tributária, excepcionalmente às vinculadas a políticas de incentivos fiscais, constituem fatores determinantes na análise de investimento em atividades econômicas que por sua vez implicam em escolhas de localização para o nível do estado nacional.

Entretanto, a fixação do local preciso no país escolhido, será concretizada a partir da mensuração de outros fatores, cuja importância reporta-se à escala regional ou local, níveis que são evidentemente diferenciadores do espaço nacional. Estabelece-se aqui, a importância do espaço urbano em particular, que é onde se processa efetivamente a dinâmica econômica/locacional. Assim, por exemplo, num país que disponha de um sistema de incentivos financeiros e fiscais ao investimento diferenciado regionalmente, ou localmente, esse sistema constitui um fator de localização de âmbito regional ou local, materializado eminentemente no espaço urbano. Cabe sinalizar, nesta linha de raciocínio, os impactos da guerra fiscal empreendida por estados e municípios brasileiros, em busca de assegurar potencial de atratividade ao capital transnacional.

Neste sentido, pode-se observar que a renda fundiária apresenta, normalmente, forte diferenciação entre os vários centros urbanos, por isso, é freqüente encontrarmos na imprensa econômica *rankings* das principais cidades mundiais, de acordo com os custos imobiliários dos espaços para escritórios. Cabe destaque para as cidades de Tóquio (Japão), Nova Iorque (EUA) e São Paulo (Brasil) entre outras metrópoles mundiais. Nestes locais, a disputa e a competitividade pela visualização e “proximidade” do cenário mundial, exacerba princípios de mensuração da renda locacional, atribuindo como externalidade a oportunidade da

presença em centros decisoriais de importância global, justificando-se enquanto fator aglomerativo por excelência.

A importância dos fatores de localização, reportáveis às diversas escalas do espaço, é variável com a dimensão do espaço de referência dos agentes que procuram localizar-se. Os fatores de ordem internacional só serão verdadeiramente fatores de localização para os agentes cujo problema de localização seja equacionado no espaço internacional: normalmente as grandes empresas de capital transnacional.

Nos parágrafos anteriores apresentamos alguns parâmetros definidores dos fatores de localização bem como alguns exemplos destes fatores e suas relações com o as escalas de análise, progresso tecnológico e principalmente de sua variabilidade face aos interesses e peculiaridades dos agentes. Cabe frisar, que a enumeração e classificação exaustivas dos fatores de localização não só não é tecnicamente possível em virtude das infindáveis derivações, bem como se afigura desnecessária. Neste sentido, há de se reportar à multiplicidade de fatores que normalmente influem nas localizações e há muitos outros cuja influência se remete a atividades e agentes muito precisos.

Na figura 11 que se segue, Alves⁶⁰ a partir de dados de 1992, demonstra uma sistematização dos fatores de localização considerados relevantes por uma amostra de investidores de âmbito internacional.

⁶⁰ ALVES, Manuel Brandão. Op. Cit. p. 42.

FIGURA 11 – A Importância dos Fatores de Localização, Nacionais e Regionais, Por Tipologia de Atividade.

SETORES	Indústrias				Sedes Multinacionais		Distribuidoras Europeias		Serviços		Pesq & Des.	
	Tradicional		Altas Tecnologias		N	R	N	R	N	R	N	R
	N	R	N	R								
FATORES DE VENDAS												
Prox. Mercado Nacional	00	0	00		0		0		00	0	0	
Prox. Mercado Comunitário	++	+	++	+	00		++		++	+	++	+
Presença Empresas Similares				++	0				0	0	++	++
Disp. Serv. de Apoio e de P & D				0	0			0	0	0	+	0
Disponibilidade de Espaços		0		0				0				
ENQUAD. NACIONAIS E LOCAIS												
Impostos/ Tributos – Empresas			0		00		0		0			
Língua	0		+		00		00		00			
Incentivos e post. Governamental	0	++	0	++	0	+	0		0		00	00
Assistência Financeira	0	00	0	00			0		0		0	0
FATORES MÃO-DE-OBRA												
Disponibilidade	0	00	0	00			0		0	0	0	00
Qualificação		+	++	++	00	0	+	+	++	++	++	++
Relações Laborais	0	0	0	0			0					
FATORES DE CUSTO												
Custos Fundiários e Imobiliários	0	00	0	0	00		0		0	00	00	
Custos do Trabalho	00	00	0	0			0		00	00	0	
INFRA-ESTRUTURAS												
Qualidade Estradas/ Ferro	00	00	++	++	0	00	++	++	++	++	+	+
Proximidade de Porto	0	0	0	0			++	++				
Proximidade de Aeroporto	0	0	+	+	++	++	++	++	++	++	+	+
Qualidade das Telecomunicações	0	0	+	+	++	++	++	++	++	++	+	+
QUAL. DE VIDA/ FAT. PESSOAIS												
Fatores Culturais	0	0	0	0	0					0		
Escolas para Estrangeiros			+	++	+	++		0		+		+
Equipamentos Educativos				+		+				+		+
Equipamentos Desporto/ Lazer				+		+				+		+
Atratividade Global da Área				++		++		+		++		++
N – Fatores Nacionais					++ - Crítico⁶¹/ Crescente				00 – Crítico/ Estável			
R – Fatores Regionais					+ - Importante/ Crescente				0 – Importante/ Estável			

Fonte Adaptação em 2004, a partir de ALVES, Manuel Brandão (2001).

⁶¹ A conotação de crítico designa-se à expressiva importância do fator em análise.

Evidentemente, o quadro representa uma outra realidade e um outro contexto sócio/ econômico/ político/ cultural, não perfeitamente adaptável a realidade brasileira, baiana em particular. Entretanto, sua validade é também evidente, e traz-nos uma indicação de estudo semelhante para efeito de conclusões pertinentes ao espaço urbano brasileiro de uma forma geral, de onde se possa delinear apreciações sobre escalas bem definidas, considerando-se diferenciações e particularidades.

Há de se adicionar desta forma, outros setores também responsáveis pela estruturação do espaço urbano, sinalizando de uma forma geral as famílias e o Estado, por exemplo. Outras gradações, sobretudo em virtude do porte de empresas também nos parecem ser bem vindas, no que tange ao aperfeiçoamento das conclusões possíveis a partir do estudo.

De outro lado, há de se empreender também, um esforço no sentido de melhor delimitar as categorias de análise dos fatores de localização, criando novas especificidades eminentemente urbanas, a exemplo do sistema de transporte, centro de consumo de bens e serviços, etc...

Entretanto, ao analisar-se aquela figura, há de se ressaltar o modo como aquelas classificações relacionam os diferentes tipos de fatores com os tipos de atividades. Evidencia-se desta forma, a sofisticação crescente dos fatores de localização, de onde deriva a importância de seu estudo, à medida que passamos das atividades industriais tradicionais para as de terciário superior. Esta mesma sofisticação, pode também ser observada no interior do espaço urbano, ao analisar o porte das empresas do setor de comércio e serviços. A lógica da decisão locacional assume diversas gradações, ainda que se trate de um mesmo segmento de atividade.

Ao mesmo tempo, importa frisar que na dinâmica de localização, ainda que eminentemente urbana, a lógica de localização extrapola os limites do espaço urbano. É inegável, portanto, que variáveis inerentes a diferentes tipos de fatores com outras escalas territoriais (nacional e regional), impactam na configuração do espaço urbano.

A escolha locacional, em princípio, pode assumir algumas classificações perfeitamente distintas de acordo com suas peculiaridades. A figura demonstrada anteriormente, por exemplo, retrata um estudo realizado na União Européia cujo público alvo era configurado eminentemente por empresários responsáveis por empresas de grande porte, e portanto, com poder econômico e tecnológico suficiente para poderem basear as suas decisões de localização em estudos em que, normalmente, são avaliadas algumas alternativas de localização. Nestas circunstâncias, pode-se dizer de acordo com Alves (2001, p. 43), que se trata de casos de localização ótima, onde se pode aproximar da otimização da função de localização, em termos econômicos.

Numa outra perspectiva, poderíamos dizer intermediária, por falta de recursos econômicos e tecnológicos, ou mesmo por opção deliberada do empresário, a decisão locacional subsidia-se no estudo de localização realizado apenas sobre uma opção locacional, o que conduz e caracteriza a casos do tipo localização satisfatória. Ainda conforme Alves (2001, p. 44), “nestes casos não há garantia mínima de aproximação à situação de otimização, porque não se estudaram outras opções de localização”.

Numa última instância, a análise nos leva à classificação dos casos em que a decisão locacional da empresa não pondera a qualquer estudo de localização, e dá-se pura e simplesmente através do *feeling* do empresário. Normalmente, nestes casos, pode-se observar

com algum apuro que o empresário é induzido na escolha por um fator de localização qualquer, mas visivelmente específico, podendo-se listar, por exemplo, a disponibilidade de uma instalação da empresa, a proximidade da sua residência, a proximidade com outras empresas do mesmo segmento entre outros tantos fatores. Nestas circunstâncias, dá-se a denominação de localização condicionada, haja vista o caráter da decisão locacional. Normalmente esta é a situação que ocorre com as pequenas e médias empresas, particularmente as de natureza familiar.

Numa outra perspectiva, que é a da dependência das empresas em relação aos custos de distância, tem-se feito a distinção entre empresas de localização condicionada, quando as empresas têm as suas possibilidades de localização limitadas por uma forte dependência da proximidade relativa a alguns locais, e as empresas *foot-loose* ou de localização livre, quando as empresas não estão restringidas por essas necessidades de proximidade pelo que dispõem de opções de localização em número ilimitado.

Até então, evidenciou-se a empresa enquanto agente modelador do espaço urbano, mas conforme explicitado anteriormente, as famílias e o Estado, também o são em medidas diferenciadas. A localização das famílias, por exemplo, é de fundamental importância à análise da configuração do espaço urbano cuja lógica decisória está pautada na escolha residencial. Em princípio, a escolha residencial é condicionada pela oferta do mercado habitacional, e aqui há se resgatar a importância e o papel dos promotores e construtoras do segmento imobiliário tão bem evidenciados por Correa⁶². Normalmente, é visível que as famílias procurem, em primeira instância, um compromisso entre a residência e a

⁶² CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 1989. p. 12.

proximidade ao local de trabalho. Com algumas variações de prioridades, este é certamente o princípio geral da localização das famílias.

Entretanto, há se observar também, que e a proximidade a fatores de natureza ambiental, denominados comumente de amenidades naturais ou construídas, tem se revelado também importantes na decisão locacional das famílias, superando inclusive o fator proximidade ao local de trabalho, na medida em que os recursos econômicos/financeiros tornam-se mais disponíveis.

De outro lado, pode-se constatar que a decisão locacional, quando privilegia o fator proximidade do local de trabalho, implica necessariamente no dispêndio de rendas mais elevadas, por se tratar de zonas com maior procura imobiliária por parte de atividades com maior capacidade de pagamento de renda, característica comum aos denominados *business centers* das cidades. Este mesmo fenômeno pode acontecer em zonas que sendo essencialmente residenciais, devido às amenidades oferecidas são alvo de forte pressão de procura imobiliária, e também, da mesma forma, requer expressivo aporte econômico/financeiro. Evidencia-se desta forma, princípios inerentes ao processo de periferização⁶³, cujos efeitos de suas proporções causam transtornos e graves problemas à gestão do espaço urbano, especialmente do espaço urbano das metrópoles brasileiras em particular da metrópole soteropolitana.

Desta forma, tem-se no afastamento em relação à área central das cidades bem como das áreas eminentemente residenciais com infra-estrutura e amenidades, a saída possível às famílias com rendas mais baixas. Na medida em que as opções de localização são, normalmente,

⁶³ Ver FERNANDES, Rosali Braga. 1992.

determinadas pela disponibilidade orçamental das famílias para o bem habitação, conforme já dito anteriormente, esta “escolha” locacional, de carácter condicionado ao extremo, resulta em custos de distância mais elevados, traduzidos em custos e tempos de transporte. Assim, as famílias mais pobres ficam normalmente mais sujeitas às opções residenciais que lhes propiciem menores custos financeiros, desvalorizando os custos que não têm expressão monetária (tempo de transporte).

Quando se trata do papel do Estado na configuração do espaço urbano, é comum chegar à evidência de que sua atuação não se dá apenas de maneira direta no exercício das atividades que lhe competem na qualidade de gestor do espaço em qualquer dimensão, escala, respeitando-se naturalmente as hierarquias locais, regionais e nacionais. É comum observar não apenas na dinâmica do espaço urbano, foco do estudo em curso, mas também a partir de estudos de autores como Correa, Lojikine, e outros tantos, o papel do Estado enquanto instância legitimadora da ação do capital privado.

Assim, em tese, ter-se-ia que a prestação dos bens públicos não se processa através do mercado, da lógica capitalista em particular, devendo-se a gestão do espaço urbano por parte das Administrações Públicas, processar-se através de critérios de planeamento. Nestes critérios, há de se ressaltar a necessidade de procurar-se estabelecer, principalmente, o compromisso entre um princípio de equidade e um princípio de eficiência.

Segundo o princípio de equidade, estabelece-se um esforço máximo de acesso dos usuários do bem. Em termos meramente espaciais, isso corresponde a estabelecer uma distância máxima, equacionada, por exemplo, através de custo de transporte, ou tempo de transporte, em sua extensão máxima, para usufruir do bem. Desta forma, este critério tende a diminuir a

dimensão da região servida pelo bem, entendida como área de influência do bem, a cujo raio máximo se dá a designação de alcance do bem.

Segundo o princípio da eficiência, procura-se estabelecer uma escala de produção do bem, mínima, em termos da população servida, que justifique os recursos a utilizar. Este critério tende a aumentar a dimensão da região servida pelo bem. Evidentemente, nem sempre um e outro critério conduzem aos mesmos resultados, o que obrigaria ao gestor a decisões de caráter político. Neste sentido, o objetivo seria o de definir qual a margem de sacrifício, ou violação, que há de ser imposta a um e outro critério.

De maneira conclusiva deve-se ressaltar conforme delineado até então, que a decisão de localização de qualquer tipo de agente modelador do tecido urbano, em particular, corresponde, a uma decisão de caráter estrutural, tendo em vista que a sua reversibilidade pode implicar em custos elevados. Deste modo, o conhecimento do espaço e a adequada escolha e ponderação dos fatores de localização constituem condições para a tomada de opções propiciadoras da satisfação das funções e de suas articulações com os objetivos pertinentes a cada um dos agentes.

Particularmente, no caso das empresas, cada localização fornece um enquadramento determinado à sua atividade e deste enquadramento, podem resultar vantagens ou desvantagens competitivas. Certamente que a competitividade da empresa depende também da sua estruturação interna, entretanto deve-se frisar que uma boa estruturação interna pode ser mais do que compensada por um mau enquadramento locacional, que leve a empresa a tornar-se inviável em termos econômicos/ financeiros.

O conhecimento dos fatores de localização e da importância que lhes é atribuída pelas diferentes atividades e agentes modeladores do espaço urbano, não importa apenas aos agentes que se localizam. É neste sentido, que sustenta-se a pertinência do estudo em curso, haja vista a necessidade de apropriação do tema em discussão por parte dos agentes que, tendo responsabilidades nas políticas de ordenamento e desenvolvimento do território, do espaço urbano em particular, precisam mais do que identificar objetivos e instrumentos para essas políticas, mas fundamentalmente delinear a lógica que vivifica este processo dinâmico, que se desenrola no âmbito espacial.

É neste contexto, que se deve ressaltar que a compreensão dos padrões de ocupação do espaço em cada momento, exige o conhecimento não apenas dos fatores atuais mas, também, dos fatores passados. Isto é, torna-se necessária uma perspectiva histórica que complemente o conhecimento da realidade atual.

III.2 – EXTERNALIDADES, ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO E DESECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO

Para o desenvolvimento das suas atividades e obtenção dos seus objetivos, os agentes modeladores necessitam de espaço. Nesta perspectiva, e tendo-se em vista o custo demandado pela sua posse e pelo seu uso, o espaço surge como um *input* de produção, para as administrações privadas ou públicas, e, como um bem de consumo final, para as famílias. Nesta perspectiva estrita o espaço é um objeto de uso, a que cada um, desde que se disponha a pagar o preço de mercado, tem acesso e dele se utiliza, de acordo com uma determinada racionalidade que lhe seja peculiar aos interesses e objetivos.

Entretanto, há de se ressaltar que o espaço não possui a propriedade da divisibilidade perfeita. Assim, seu uso gera externalidades, que podem ser qualificadas em positivas e negativas. Neste sentido, e particularmente importante ao urbanista, o estudo e a compreensão das externalidades quando não convenientemente reguladas, se traduzirão por uma diminuição do bem estar ao conjunto dos cidadãos.

Quando os agentes de modelação do espaço se encontram suficientemente próximos uns dos outros, e a dimensão das atividades justifica tal aglutinação, as externalidades espaciais designam-se por economias ou deseconomias de aglomeração.

Neste sentido, pode-se mencionar enquanto exemplos de externalidades espaciais positivas, a construção de uma fábrica num espaço que é posteriormente ajardinado e que pode criar ambiente para que outras iniciativas empresariais se sintam incentivadas a adotar comportamentos idênticos. De outra forma, todas as situações geradoras de algum tipo de

prejuízo à cidade, ao espaço público, e aos cidadãos de uma forma particular, através, por exemplo, de poluição por via do ar, ou da água, congestionamento de tráfego entre outros, são exemplos de externalidades negativas.

A partir do que já foi discutido até então, chega-se à compreensão de que o conteúdo das economias de aglomeração exige que sejam explicitadas duas referências fundamentais que não são sinônimos: a compreensão de externalidades e a compreensão de aglomeração. De imediato, desponta o entendimento de externo em relação a quê? e, o que é que é aglomerado? A reflexão em busca destas respostas permite identificar dois tipos de economias de aglomeração: as economias de localização, ou justaposição, e as economias de urbanização.

As economias de aglomeração são as economias de que beneficiam as empresas, em consequência de aumentos de produtividade, cuja origem é externa ao seu comportamento e que têm a sua origem na existência de uma aglomeração em que a empresa se insere. Por isso, as economias de aglomeração são externas em relação às empresas, mas são internas em relação à aglomeração.

As aglomerações não têm, no entanto, características idênticas. Neste sentido pode-se definir pelo menos dois conceitos de aglomeração. Pode-se caracterizar uma aglomeração de atividades do mesmo tipo de atividade, a que denominamos de especialização, ou entre as quais existem interdependências tecnológicas fortes. Trata-se, portanto, da aglomeração que como já dito anteriormente, caracteriza e identifica as cidades.

Pelo simples fato de se encontrarem localizadas, com relativa proximidade umas em relação às outras, geram benefícios mútuos, em termos de custos de disponibilidade de *inputs*, ou de acesso a mercados, que podem traduzir-se por vantagens significativas em termos de produtividade. Designam-se estas vantagens por economias de aglomeração, de localização ou de justaposição.

Em lugar da aglomeração de atividades do mesmo tipo, pode estar-se na presença de uma aglomeração onde estão presentes atividades múltiplas, em geral dando origem ao desenvolvimento de cidades e outras concentrações urbanas. Aqui as economias também são externas em relação às atividades e continuam a ser internas em relação à concentração urbana.

A natureza dos benefícios que são gerados, quando se está na presença de atividades muito diversificadas, concentradas num mesmo espaço, é muito semelhante à das economias de localização: menores custos de acesso a mercados de *inputs* e a mercados de *outputs*. Vale frisar, que o que muda não é a natureza dos benefícios mas, antes, a sua tipologia.

A mão de obra qualificada a que uma empresa tem acesso não tem que ter origem noutra empresa do mesmo ramo de atividade, mas pode ser uma consequência da existência de centros de formação, universidades, por exemplo, existentes na mesma cidade ou região. O mesmo se pode dizer a propósito da disponibilidade de boas acessibilidades, de centros de saúde ou de lazer prestigiados, etc... Designam-se estas vantagens por economias de aglomeração de urbanização.

Na potenciação de ambos os tipos de economias desempenham um papel essencial as administrações públicas, através da produção e distribuição de bens e serviços públicos, de que são exemplo as infra - estruturas de acessibilidades, de saúde, de educação, de lazer, de regulação, do uso do solo, do tráfego, etc. Todos estes bens e serviços são indispensáveis, ou complementam, a boa utilização dos fluxos que as empresas, ou os agentes, geram entre si.

Até aqui privilegiamos a abordagem do ponto de vista positivo, isto é, do ponto de vista do aparecimento e desenvolvimento de economias. Contudo, estas economias não têm tendência para se desenvolver indefinidamente. Também aqui, se está sujeito à lei dos rendimentos decrescentes, reveladora, como nos outros casos, de violações na proporção adequada do uso das diferentes componentes que dão origem às economias de aglomeração.

Isto significa que a partir de uma determinada dimensão, na cidade por exemplo, em vez de economias de aglomeração começam a surgir deseconomias ou, talvez mais corretamente, começam a coabitar economias em determinadas áreas, com deseconomias em outras.

O fenómeno do aparecimento das deseconomias de aglomeração (congestionamento, no tráfego, na privatização do espaço público, nos serviços dos hospitais, etc...) é frequentemente associado ao crescimento da dimensão da cidade. Contudo, trata-se de uma apreciação que deverá ser ponderada judiciosamente, porque o que normalmente está em jogo não é a dimensão da cidade mas, antes, a falta de qualificação das suas infra estruturas, dos seus equipamentos e dos bens e serviços produzidos, para a dimensão que possui a cidade.

Os exemplos apresentados mostram, com clareza, que o uso do espaço não pode ser deixado à simples iniciativa dos indivíduos, enfatizando-se a importância do papel de moderador do

Poder Público, no sentido de prezar pela qualidade e integridade do espaço público. Neste sentido, alerta-se para o fato de que quando as externalidades são positivas, o conjunto da sociedade não se beneficia delas tanto quanto um número restrito de consumidores, que delas tentam se apropriar para seu uso exclusivo. Por outro lado, quando as externalidades são negativas, seu custo é socializado, o conjunto da sociedade suporta as deseconomias provocadas por um, ou por um número restrito, de consumidores.

Se por um lado, o Capítulo II privilegiou os modelos de localização onde se destaca uma postura eminentemente racional-econômica, o Capítulo III, buscou sinalizar para o que Norcliffe (apud SABOYA, 2001 p. 38) denomina de “influências locacionais”. Neste sentido, sustenta o aludido autor, mais do que uma abordagem pautada em custos, vale ressaltar uma perspectiva que valoriza a “disponibilidade de infra-estrutura, economias internas e externas e campos de ligações e contatos”.

De nossa parte, o entendimento é de que não há entre as duas perspectivas um caráter excludente, que, por conseguinte, invalide uma ou outra corrente de análise. Avaliamos que ambas convivem mutuamente, assumindo gradações variadas a depender de contextos, e principalmente de setores produtivos, e são, portanto, imprescindíveis à compreensão da lógica de decisão locacional. Diagnosticar a realidade do espaço urbano, em particular, não prescinde da abordagem de ambas as perspectivas, e conforme argumenta Silva⁶⁴ (1976, p. 19), ambas as abordagens constituem “importante marco teórico da maneira pela qual se processa a dinâmica da organização do espaço em termos analíticos (compreensão da realidade), preditivos (comportamento de elementos sobre determinadas condições) e de planejamento”.

⁶⁴ SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional. Salvador, BA, 1976.

O estudo que apresentamos nas seções anteriores, conquanto busque estabelecer a importância da discussão acerca da decisão locacional, privilegiou a abordagem da decisão locacional aglomerada. Bem verdade, se observe, a cidade de *per se* é uma aglomeração, de atividades, de cidadãos, de empresas, de etnias, raças, crenças, enfim, de uma diversidade que constitui e caracteriza a cidade. A aglomeração, portanto, não figura como ator, mas como palco onde se desenrola a trama urbana. A especialização espacial, por sua vez, sim, representa um ator com peculiaridades e particularidades que lhe são próprias. Daí por que o estudo buscou privilegiá-la.

Necessário frisar, ainda, que a partir do momento em que o trabalho privilegia o estudo das Teorias Clássicas de Localização, fruto de apreciação no Capítulo II, não desconsideramos outras correntes de pensadores que também discutem e estudam o tema. Neste sentido, cabe destacar a importância da perspectiva locacional, eminentemente voltada ao setor secundário (indústria), observado em Marx. Destaque, também, para as considerações de Richardson, bem como para autores que trabalham temas inter-relacionados a exemplo de Ricardo, com a renda da terra, entre outros tantos.

Entretanto, não se pode perder de vista a dimensão e a amplitude que a proposta de um estudo de graduação requer. Neste sentido, a perspectiva teórica que parte das Teorias Clássicas de Localização e a abordagem das Economias de Aglomeração, pareceu-nos uma proposta pertinente. A despeito do enfoque relacionado às Economias de Aglomeração, o estudo privilegia a perspectiva do fenômeno da especialização. Conforme dito acima, a cidade se define enquanto tal a partir da aglomeração, fenômeno que em primeira instância a

caracteriza. Neste sentido, tratar das Economias de Aglomeração com enfoque na diversidade das atividades, usos e funções, seria, ao nosso ver, um truísmo desnecessário. Na mesma medida, pareceu-nos mais pertinente tratar da especialização espacial no espaço urbano, enquanto tema necessário e importante à configuração do espaço urbano, conquanto tenha se tornado um fenômeno gradativamente mais consolidado e presente nas grandes cidades.

Enquanto objetivo do presente trabalho, na medida que foram apresentadas de maneira sumarizada a produção teórica do conjunto de Teorias Clássicas da Localização, torna-se necessário observar que, se por um lado, as teorias são veemente criticadas por não contemplar os cenários modernos, sobretudo os de natureza econômica e tecnológica, de outro, os fatores locacionais preconizados desde Thünen, em 1826, são visivelmente importantes não apenas a decisão locacional, mas fundamentalmente a estruturação do espaço de uma maneira geral, e essencialmente ao espaço urbano em particular.

É impressionante observar a contribuição de Thünen e dos demais autores que se seguem na “avenida” teórica criada por este autor. Entretanto, há de se ponderar o contexto em que estes autores, visionários, formularam seus modelos, antes de criticá-los acidamente com os olhos de agora. Há de se ressaltar que na ciência, “não se deve desfazer de nenhuma teoria, não importa o quão inadequada seja, até que se tenha uma melhor para colocar no lugar”. Não bastasse isso, pesquisas realizadas por atores da atualidade, no México, bem como em outras localidades, apontam para aplicabilidade dos modelos clássicos.

Resguardando-se os alertas mencionados acima, convidamos o leitor a uma reflexão que consideramos importante. É evidente que o espaço de localizações é um espaço em que a distância é a variável que tem sido considerada como mais significativa, conforme inclusive

pode ser observado em toda a perspectiva teórica da Teoria Clássica de Localização. Assim, pode-se constatar que a distância tem sido valorizada, haja vista constituir um fator de atrito para a mobilidade de bens, serviços e pessoas.

Entretanto, é notório que o papel das novas tecnologias, na medida em têm condicionado uma tendência de tornar o fator distância menos expressivo em termos de importância, não apenas tornando fluído o transito cuja distância configura-se como empecilho, mas fundamentalmente criando outros circuitos, não menos importantes, de caráter virtual. Desta forma, o espaço deixa de ser compreendido como um espaço distância e passar a representar um espaço de relações, de interação, na medida em que enfraquece sua referência físico-espacial.

Uma primeira ressalva que se pode indicar, é que os vários espaços e os agentes que neles intervêm não são nunca estanques e/ou homogeneizados. Existem interdependências, variações e principalmente gradações fortes entre todos eles, mesmo quando temos dificuldades em descobri-las. Não se pode portanto, traduzir em regra, uma tendência evidentemente particularizada a algum setor, que definitivamente não contempla os diversos agentes modeladores do espaço urbano. Entretanto, pode-se indicar que a consciência destas interdependências, variações e gradações poderá permitir um avanço mais rápido ao encontro de formas mais eficazes de gestão do espaço urbano, suscitando potencialidades hoje adormecidas e promovendo o desenvolvimento de novas formas de relacionamento espacial.

Essas considerações são importantes num plano macro, mas ao mesmo tempo, o estudo traz num plano micro, algumas distinções que entendemos necessárias. Desta forma, cabe destacar que enquanto nas Teorias Clássicas da Localização procurava-se, essencialmente

compreender as decisões quanto à localização do ponto de vista de empresas individuais, as teorias das Economias de Aglomeração, notadamente relacionadas ao desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, começam a perceber o papel das externalidades advindas da coexistência, numa mesma região, de um certo número de empresas.

Assim, nesta perspectiva, na medida em que as Teorias Clássicas da Localização podem ser apontadas como aquelas que estariam mais voltadas para o suporte à decisão do ponto de vista da firma, as Teorias de Desenvolvimento Regional apresentam ênfase nos fatores de aglomeração, e parecem ter sido historicamente mais pertinentes àqueles que se dedicaram ao planejamento econômico.

Neste bojo, cabe a necessidade de reflexões acerca da percepção que deve ser adotada pela Administração Pública. Pensando a despeito desta assertiva, é que os que pesquisam o tema, como o Prof. Silva, ponderam a dificuldade de tratar simultaneamente as questões micro e macro, no estudo das lógicas de configuração do espaço urbano, sobretudo na tentativa de integração entre microeconomia e macroeconomia. Neste sentido, cabe também destacar a crítica de Krugman, Fujita & Venables, quando concluem apontando como inconsistente, os modelos idealizados para delinear como os agentes se dispersam no espaço, identificando como falha, a falta de uma teoria geral que explique a micro-organização espacial dos agentes.

Parece-nos, então, que muito embora haja incongruências e dificuldades metodológicas entre as duas abordagens da perspectiva locacional, salienta-se a necessidade de estudos e pesquisas de produção acadêmica, sobretudo no Curso de Urbanismo, que objetive identificar

mecanismos que possam compatibilizar tais dinâmicas nas políticas de ordenamento do espaço urbano. Assim, torna-se imperioso o estudo do suporte à tomada de decisão do ponto de vista da firma no espaço, no caso específico, na determinação da localização considerada ideal pelo empresário.

Ao urbanólogo, por conseguinte, parece-nos crítica a necessidade de empreender estudos que privilegiem tais dinâmicas, em sua perspectiva, que é aquela que se preocupa com a formulação de políticas que visem promover a organização do espaço urbano, sem perder de vista as conseqüências e desdobramentos no plano do desenvolvimento econômico, numa outra escala de análise – o espaço regional.

A despeito das contribuições mais recentes ao enfoque teórico em apreço, vale destacar que tais abordagens, a exemplo da Escola Californiana, têm procurado tratar as relações entre empresas numa perspectiva ainda mais abrangente, considerando não apenas as relações puramente mercantis, sobretudo a partir do momento em que estas relações têm sua importância minimizada, mas, também, as relações de cunho social e tecnológico que se estabelecem entre empresas situadas num mesmo espaço geográfico e entre as empresas e a comunidade local. Nasce de então, novas lógicas de configuração do espaço urbano.

De uma forma geral e conclusiva, ao final de uma análise que procurou abranger as diversas correntes de pensamento sobre o tema, não se pode indicar que há incongruências, ou mesmo que trate de perspectivas teóricas excludentes, ao se tratar de Teorias Clássicas de Localização e de Economias de Aglomeração, mas antes, um sentido claro e explícito de complementaridade, que busca analisar um fenômeno dinâmico e complexo como a configuração do espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Manuel Brandão. **Multidimensionalidade do Espaço: Do Espaço Objecto ao Espaço Sujeito e à Ordem no Território**. Centro de Investigações Regionais e Urbanas – Universidade Técnica de Lisboa. Documento de Trabalho nº 1/2001.

AZZONI, C. R. **Teoria da Localização e Evidência Empírica**. In: Anais do X Encontro Nacional de Economia – ANPEC, Anais..., 1982.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTE, L. R. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. Salvador, 2002.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Trad. Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, Silvana Maria Pintaudi. São Paulo: DIFEL, 1985.

CORAGGIO, J. L. **Considerações Teórico-Metodológicos sobre: as formas sociais de organização do espaço e suas tendências na América Latina**. In Planejamento. Salvador, jan/mar, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Repensando a Teoria das Localidades Centrais*. In **Geografia: Teoria e Crítica. O saber posto em questão**. Ruy Moreira (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1982.

_____. **A Rede Urbana**. São Paulo, SP: Ática, 1993 (Série Princípios).

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo, SP: Ática, 1989 (Série Princípios).

_____. **Organização Espacial**. São Paulo, SP: Ática, 1995 (Série Princípios).

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1997.

DONNE, Marcella Delle. **Teorias sobre a Cidade**. Trad. José Manuel Vasconcelos. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

FERNANDES, Rosali Braga. **Periferização Sócio-Espacial em Salvador. Análise do Cabula uma Área Representativa.** Salvador,BA: 1992. Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.

_____. **Lãs Políticas de la Vivienda em la Ciudad de Salvador y os Processos de Urbanizacion Popular em el caso del Cabula.** Barcelona, 2000. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado, Universidade de Barcelona.

FERREIRA, C. M. C. *Espaço, Regiões e Economia Regional.* In Haddad, Paulo Roberto (org.). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise.** Fortaleza, BNB. Etene, 1989. 694 p.

_____. *As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia.* . In Haddad, Paulo Roberto (org.). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise.** Fortaleza, BNB. Etene, 1989. 694 p.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano.** 2º Ed. São Paulo, Ed. EDUSP, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Economia Regional: Elementos Conceituais e Metodológicos.**

HADDAD, P. R.(ORG.) **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise.** Fortaleza, BNB-ETENE, 1989.

LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. São Paulo: Atlas, 1991.

LODDER, C. M. **O Processo de Crescimento Urbano no Brasil in Planejamento Urbano em Debate.** Org. Toledo, A. H. P. E Cavalcanti, M. São Paulo: Ed. Cortez & Moraes, 1978.

LOJIKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982.

MANUAL DE ECONOMIA. Amaury Patrick Gremaud ... [el all] organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. 4º Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINE, G., CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K. E NEUPERT, R. **A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas in Para a Década de 90 – Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas – IPEA/IPLAN.** Brasília, 1995.

MARTINS, A. N. ALVES, M. A. MADRUGA P. **Modelos Explicativos da Localização das atividades no Espaço.** Centro de Investigações Regionais e Urbanas – Universidade Técnica de Lisboa. Documento de Trabalho nº 4/2001.

PARRA FILHO, Domingos. SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica.** São Paulo: Futura, 1998.

PRED, A. **Sistemas de Cidades em Economias Adiantadas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Org. **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas.** Rio de Janeiro: PP&A, 2002.

RICHARDSON, H. **Economia Regional: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Reflexões sobre a Produção e Consumo do e no Espaço – (Re) Leituras do Território.** Tese de Livre Docência. 1996 – IFCH – UNICAMP.

ROLIM, C. **Reestruturação Produtiva, Mundialização e Novas Territorialidades: Um Novo Programa para os Cursos de Economia Regional e Urbana.** Curitiba: Texto para discussão nº 05. CMDE, UFPR, 1999. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/rolim2.exe>. Acesso

RUIZ, Ricardo Machado. **A Nova Geografia Econômica: Um Barco com a Lanterna da Popa?** Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 2003.

SABOYA, Leopoldo Viriato. **A Dinâmica Locacional da Avicultura e Suinocultura no Centro-Oeste Brasileiro.** Piracicaba, 2001. Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz..

SALOMON, Délcio Vieira. **Como Fazer uma Monografia.** 3.º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **A urbanização Brasileira.** São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. **Técnica Espaço Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. (org.) **Território: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998.

SERRA, Geraldo. **O Espaço Natural e Forma Urbana.** São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, José Borzacchiello da. (org.) **A Cidade e o Urbano.** Fortaleza: EUFC, 1997

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. **Centralidade Urbana no Estado da Bahia: Um Estudo Comparativo.** Salvador, 1987.

_____. **Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional.** Salvador, 1976.

SMOLKA, Martim O. **O Espaço do Espaço na Teoria Econômica.** Publicações PUR, série Estudos e Debates nº6/dez. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Estruturas Intra-Urbanas e Segregação Social no Espaço: Elementos para uma Discussão da Cidade na Teoria Econômica.** PNPE, série Fae-Simile, nº13. s/l, 1983.

SOUZA, Maria Adélia de. **Governo Urbano.** São Paulo: Nobel, 1988.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Contexto, 1998.

STORPER, M. *Desenvolvimento Territorial na Economia Global do Aprendizado: O Desafio dos Países em Desenvolvimento.* In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz e Santos Júnior, Orlando Alves dos (orgs.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise.** Rio de Janeiro: Ed, Civilização Brasileira, 1994, 432 p.

VALLADARES, Lícia & PRETECEILLE, Edmond. **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

VASCONCELLOS, Pedro de Almeida. **Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade**. Ilhéus: Editus, 1999.

VASCONCELLOS, Pedro de Almeida. SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira**. Salvador: EDUFBA, 1999.

VIRILIO, Paul. **O Espaço Crítico**. Trad. de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WEBER, M. *Conceito e Categorias da Cidade*. In: VELHO (org.), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.

 *Entrevista I - Transcrição na Íntegra*

Especialista de notório saber, com vasta produção científica no tema em apreço.

Entrevistado: Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: **PROF. DR. SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA**

Pós-Doutorado - Universität Marburg, UM, Alemanha

Doutor em Geografia - Université de Toulouse, UT, França

Professor da Pós-Graduação em Geografia – UFBA

Pesquisador CNPQ

Local:

Universidade Federal da Bahia

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia

Data: 09 de Fevereiro de 2004 - 14:20hs

I.1 – Prof., de que forma o Sr. avalia a revalorização dos estudos relacionados às questões, regionais, locais e urbanas no âmbito da Geografia e de outras ciências, como por exemplo, a Economia?

Prof. Sylvio - De fato, está ocorrendo uma revalorização dos estudos relacionados às questões regionais, locais e urbanas, no âmbito da Geografia e de outras ciências, e eu diria também no âmbito da sociedade. Ou seja, a sociedade expressa por diversos mecanismos, a imprensa, enfim, a cultura, manifestações culturais, eles estão também revalorizando as perspectivas regionais, locais e urbanas. No caso da Geografia e da Economia, eu diria que houve uma série de fatores que contribuíram para essas mudanças, para essa revalorização. De um lado houve um problema de escala, na escala de análise. A Geografia estava até algumas décadas atrás preocupada, sobretudo, com a escala regional e local. Essa é a sua grande tradição histórica desde o final século XIX até os anos 60, 70 do século passado. E, a Economia, estava, sobretudo, preocupada com a escala nacional dos fenômenos. Então, enquanto uma ficava com a escala local, regional, sobretudo, regional, a outra ficava com a escala nacional.

Agora, a história, digamos assim, atropelou as duas, ao colocar uma supra-escala, uma escala global, para debater. Então, a emergência da globalização sacudiu a Economia, sacudiu a Geografia, ao introduzir uma outra escala, a escala supra-nacional, a escala global, que já existia evidentemente, mas que não era tão valorizada, não era tão presente, tão forte como passou a ser dos anos 70 para cá, e sobretudo na década de 90 com as novas tecnologias. Então, o que ocorreu é que as duas tiveram que avaliar o que aconteceu com a globalização, e a globalização acabou por estimular análises sob as perspectivas regionais, locais e urbanas na medida em que valorizou o impacto dos processos de globalização nessas escalas. E aí a Geografia viu a sua perspectiva regional se ampliar, envolvendo a perspectiva global e a Economia que já tinha uma tradição com a Economia regional, volta a se preocupar mais com a Economia regional, na tentativa de entender a inserção das regiões não mais só das nações nos processos globais de natureza econômica, inclusive, há uma escala nova também, que é a escala de blocos econômicos que se juntam a partir de exemplos muito fortes como da união européia. Então, a Economia se vê obrigada a repensar e reavaliar. Então, aquela tradição que ela tinha de Economia internacional, de relações econômicas entre nações, entre unidades nacionais, ela agora se abre para ver relações econômicas entre regiões que pertencem a um país, ou que são formadas a partir da integração entre várias nações, é o caso da união européia e no caso de unidades nacionais ela começa a entender que dentro das Economias nacionais, há um dinamismo regional, local, urbano, metropolitano, expressivo, que muitas vezes não tem muito haver com as Economias nacionais, mas tem haver com a nova Economia global. Então, você ver surgindo distritos industriais, você ver surgindo a terceira Itália, regiões que se abrem para a Economia global, enquanto outras regiões italianas não se abrem tanto, enquanto que outras regiões americanas se desindustrializam, algumas passam em termos urbanos, metropolitanos, a se apresentar como muito dinâmicas. Ou seja, a nova escala sacudiu as tradições geográficas e econômicas e coloca a necessidade de revalorizar os

estudos de região, os estudos urbanos, metropolitanos, os estudos locais. Evidentemente numa perspectiva de integração. A Geografia foi obrigada a ver a integração entre as escalas, do local ao global, do global ao local, passando pelo regional, pelo nacional, e a Economia também. A Economia foi obrigada a também ver a integração entre elas, o que iria se expressar a partir de uma reconsideração da integração setorial, intersetorial, das atividades econômicas, o que exigiu novas perspectivas teóricas e uma recuperação das perspectivas teóricas mais tradicionais, sobre novas considerações, evidentemente. Quer dizer, eu acho que isso é o que explica. De um lado uma questão de escala, a abertura da escala global, a integração das escalas, e por outro lado a integração entre as atividades econômicas, uma maior integração entre as atividades econômicas a partir das novas tecnologias, a partir de novas formas de produção, produção flexiva, etc. Eu acho que isto ajuda a entender a revalorização dos estudos, urbanos, regionais e locais.

I.2 – Gostaria que o Sr. comentasse um pouco acerca da importância dos estudos que relacionam a Geografia Urbana e a Geografia Econômica, tema retomado por Preteceille & Valladares, no que tange à produção do espaço urbano.

Prof. Sylvio - Eu acho que houve já desde a década de 30, sobretudo, uma forte integração entre a Geografia urbana e a Geografia econômica. Ou, entre a Geografia econômica e a Geografia urbana. Eu acho que, sobretudo, já havia sido iniciado a partir do início do século XIX com Thünen. O mercado central, era um mercado urbano, e ele explicava a localização das atividades agropecuárias, em função da distância com relação a este mercado urbano. Então a atividade econômica seria explicada pela atividade urbana. E aí vai com Weber e outros. Agora, é com as teorias de centralidade de Christaller, Lösch é que essa integração vai ser muito forte. Quer dizer, esta integração entre a Geografia urbana e a Geografia econômica,

Geografia econômica e a Geografia urbana, vai ser muito forte, tanto assim que a tese de Christaller, que é sobre a localização das cidades, é uma tese considerada uma tese de Geografia econômica. Ela é classificada já desde o título, como uma tese de Geografia econômica. Também a de Lösch, a organização econômica da sociedade, é uma tese de Economia, no caso, de Economia urbana regional. Então esta integração, é uma integração muito forte, e foi retomada na Geografia nos anos 60, 70, com a emergência da Geografia mais teórica, quantitativa, e a contribuição de Preteceille e Valladares, é neste sentido de revalorizar a integração entre a Geografia urbana e a Geografia econômica. Ou, entre a questão econômica e a questão urbana. Evidentemente, que, de lá para cá, mesmo depois de Preteceille e Valladares, isto vem continuando, há outros autores que valorizam muito esta perspectiva, autores mais recentes como Storper, Scotch, Walker, o próprio Castells, Borja, Santos, e muitos outros, mostram que esta integração entre, Lefebvre, mostram que esta integração entre a questão econômica e a questão urbana é uma consideração fundamental para entender a própria natureza dos processo econômicos em termos gerais, e em termos espaciais. Quer dizer, os processo econômicos eles são, não só econômicos, mas sociais, políticos, culturais, etc., no fundo eles são dirigidos, ou direcionados, ou articulados, pelas cidades. Pela rede de cidades, pelo sistema de cidades, em nível agora global, em nível internacional, nacional, regional e microrregional. Então, esta integração é muito forte, é tradicional na história da Geografia, na história da Economia, e ela tem sido retomada sob novas perspectivas. Nunca se discutiu tanto sobre as cidades globais, como agora. O papel das cidades na nova Economia global. Nunca se discutiu tanto sobre as cidades-região, as cidades metropolitanas dinâmicas, como é o caso de Scotch, Storper e outros, o que mostra que esta é uma integração é muito forte. Ou seja, não dá para entender toda Economia e toda a sociedade, sem entender o que se passa nas cidades, na questão urbana. Isto é muito

importante, e coloca toda uma necessidade de novas análises e de novas perspectivas teóricas, metodológicas e aplicadas, para questões de mudança, de desenvolvimento econômico, etc..

I.3 – De que forma o Sr. avalia as estratégias das empresas ao nível de suas decisões locais, e seus impactos na produção do espaço urbano? Trata-se de um estudo relevante à geografia urbana e ao planejamento urbano em particular?

Prof. Sylvio - Com certeza, as empresas têm um papel fundamental na produção do espaço urbano, o capital de uma forma geral. O espaço urbano, regional e nacional, e mesmo global agora, as empresas multinacionais, elas têm um papel importante, e as estratégias delas, conhecer as estratégias locais, organizacionais, é importantíssimo para compreender a produção do espaço urbano, do espaço regional e até do espaço global. As decisões locais das empresas, elas são ligadas às próprias estratégias do capital, na busca de uma eficiência econômica que permita reproduzir o capital, que busca obter taxas de produtividades mais elevadas e assim por diante. Então, no sistema capitalista essa é a regra. E nos sistemas socialistas, sob outras perspectivas, sobretudo as experiências de socialismo de Estado, é interessante ver que também chegou perto disto. Não para reprodução do capital, na forma capitalista, mas para reprodução do investimento estatal em nível de setor público, através de uma busca também de uma eficiência. E quando isto não aconteceu, e muitas vezes isto não aconteceu, houve problemas seríssimos. Mas eles passaram, na experiência socialista de Estado, na Europa Oriental, chegou muito perto da perspectiva capitalista, o que é muito interessante. Eles seguiram de perto algumas teorias puramente capitalistas. A formação dos complexos industriais soviéticos se aproxima muito da formação dos complexos industriais capitalistas, dos pólos de desenvolvimento. Na busca de redução de custos, de Economias de aglomeração, de Economias de escala, eles chegaram muito perto do que se fazia no sistema

capitalista, embora a perspectiva fosse outra. Enquanto um era o capital privado, o outro era o capital público, estatal, mas em termos espaciais, locacionais, chegou muito próximo, e claro com um impacto urbano muito grande. As decisões locacionais das empresas, das estratégias, tem um impacto na medida que ao se localizar, ao decidir uma localização em um determinado lugar, vai gerar um, ao que Perroux chamava, um “campo de forças”. Vai gerar efeitos para todos os lados, para frente, para traz, para os lados, vai gerar um “campo de forças”, ou seja, um impacto que é muito grande, em termos econômicos, em termos sociais, em termos culturais, políticos etc.. Reconhecer essas estratégias, é importante para entrar no âmago da questão, que é ver ao mesmo tempo uma localização ótima, aquela que apresenta vantagens econômicas de reprodução. Mas, para sociedade, é preciso entender isto também uma localização que seja favorável, ou que tenda a uma perspectiva favorável do ponto vista da produção de um espaço urbano mais equilibrado, mais justo, mais equitativo, mais organizado, não só da perspectiva da empresa, no caso do sistema capitalista, do capital, mas na perspectiva do Estado, que deve ser o guardião da sociedade. Nem sempre o é, na maioria das vezes ele é o guardião das empresas, e sobretudo da perspectiva da sociedade. Se tudo for deixado em nível de mercado, a possibilidade de ocorrências da produção de um espaço urbano, regional muito injusto, desequilibrado é muito grande. Também do espaço urbano nacional, porque aí o papel do Estado, é um papel extremamente importante não só no sistema socialista, no sistema capitalista, e o papel da sociedade. A sociedade civil organizada cresceu muito nas últimas décadas. Até poucas décadas atrás quem regulava tudo isto era o Estado e o capital, o capital e o Estado. A sociedade civil não tinha um papel muito grande, mas hoje tem. Felizmente hoje tem, porque representa uma força muito grande para contrabalançar a força do capital e a força do Estado, muitas vezes integrados na perspectiva de produção do espaço apenas favorável a reprodução do capital. É possível produzir um espaço urbano visando a totalidade da sociedade.

I.4 – Prof., as Teorias da Localização constituem referencial teórico comum nos estudos que envolvem a Economia Regional. Em se tratando da Geografia Urbana, em que termos este referencial seria também pertinente?

Prof. Sylvio - Nos já vimos a questão da integração muito forte entre a Geografia e a Economia, entre a Economia urbana e regional, e a Geografia urbana e regional. A base dessa integração, o que uniu, foi esse campo teórico das teorias de localização. A Geografia desenvolveu historicamente uma tradição de explicação locacional muito apegada ao empírico, muito apegada as variações do meio ambiente, as variações culturais, sociais, históricas, políticas o que explicaria a diferença em termos de localização, de organização do espaço, etc. Quer dizer, a Geografia tem uma forte tradição empírica, explicando por exemplo a distribuição das atividades agropecuárias em função da variação de recursos naturais, solo, clima, vegetação, relevo, etc. Isto veio de uma linha tradicional da Geografia do início do século XIX em diante. A Economia também, de certa forma, lançou a importância desta diversidade natural, diversidade ambiental com Ricardo, com a teoria de renda da terra, muito apoiada na diferença de fertilidade do solo, da produtividade do solo, etc. Mas a Economia, tendo uma busca não tão empírica sobre a explicação dos fenômenos, com Thünen em diante vai criar um campo teórico locacional de natureza mais abstrata. Em vez de fazer uma pesquisa mais indutiva, vai fazer uma pesquisa mais dedutiva, com base em modelos, o que a Geografia só vai acordar para isso na década de 30, em função das teorias de localização. É algo interessante, pois a primeira Teoria de Localização é de Thünen que é um economista prático, fazendeiro. Depois, Weber, teorias clássicas, que é a de um economista, Alfred Weber. Ou seja, setor primário e setor secundário. O setor terciário foi Christaller, um geógrafo, e ele logo diz no começo do livro dele, que ele queria buscar uma teoria que fosse

paralela a teoria de Thünen e de Weber. Ele queria uma teoria para o setor terciário da Economia, que é o setor de serviços, e o setor de serviços se localiza nas cidades. Então ele queria criar uma teoria urbana, sobre as cidades. Aí já mostra que das três teorias clássicas, duas são de economistas, uma de um geógrafo, depois vem se somar outros. De um economista, Lösch, um pouco mais tarde, que vai trabalhar também a questão de serviços, mas na visão econômica geral, etc.. Enfim, é um campo muito comum à Geografia econômica urbana, e a Economia urbana regional, e quando surgiu esta integração, isto não foi tão fácil. De um lado, os geógrafos achavam que, por exemplo, Christaller não era geógrafo e sim economista, que ele era muito abstrato. Os geógrafos estavam mais acostumados em descrever e interpretar a realidade e buscar a partir desta descrição e interpretação da realidade buscar parâmetros comuns, o que não foi muito fácil, tentar chegar a algumas generalizações importantes. Então eles achavam, na década de 30, que o trabalho de Christaller não seria um trabalho geográfico. Depois, sim, ele foi aceito. Agora, este grande casamento entre Geografia e Economia, entre Economia e Geografia vai se dar com Isard. Walter Isard cria uma chamada Ciência Regional na década de 50, e ele era um economista que tinha a visão de que a Economia tinha que ser essa Ciência Regional, e a região era tão complexa, que não podia ser deixada só aos economistas, aos geógrafos. Tinha que ter muito mais gente trabalhando, sociólogos, politólogos, historiadores, etc. Embora a base dele tenha sido sempre a Economia. Ele cria uma chamada Ciência Regional, *Regional Science*. Mas é uma Ciência Regional que no fundo é um desdobramento de todas as teorias locacionais, para uma questão espacial mais ampla. Tanto assim, que a bíblia dele, o livro clássico dele, é *Location and Space Economy*. Quer dizer, localização e Economia espacial. Então quando na década de 50 se cria esta Ciência Regional, isso causa um susto tremendo na Geografia, que se achava “dona” da região, naquela perspectiva tradicional. Mas os geógrafos que eram confundidos com os regionalistas por excelência, de repente vêm surgir ao lado, na

Universidade da Pensilvânia, e outras, a Ciência Regional e até departamento de Ciência Regional. Aí foi um susto, com muitos conflitos, mas depois os geógrafos se avaliaram bem, muitos, sobretudo estes geógrafos que retomaram a partir de Thünen, Weber, Christaller, Lösch e outros, viram que havia muitas coisas em comum, como Brian Berry, William Bunge, e outros geógrafos americanos e ingleses, perceberam que aquele ciúme todo não tinha muito sentido, seria melhor participar. Então eles aderiram também a Ciência Regional e contribuíram para a Ciência Regional, nos Estados Unidos e fora dele, para mostrar que isso no fundo era um referencial teórico comum, e muitas destas coisas continuam hoje sob novas perspectivas. Quer dizer, esta integração é muito forte, entre as questões econômicas e as questões regionais urbanas da Geografia. Por exemplo, se conhece dois grandes nomes hoje que trabalham muito em comum, escrevendo livros juntos. Um é um economista, Alan Lipietz, famoso, e outro é um geógrafo também famoso, Georges Benkos. Então, os dois se uniram para produzir trabalhos importantes, já que eles reconhecem que é verdade que há muito mais coisas em comum do que coisas que os diferencie, e o que integra é a questão espacial, a questão urbana, a questão regional, que ela em si é muito ampla. Então, há uma integração muito grande, e eles constituem um bom exemplo, que se traz para hoje para integração entre a Economia e a Geografia. E eu me lembro que uma vez, há uns 20 anos atrás, eu participei de um grande congresso de geógrafos nos Estados Unidos, e o Walter Isard estava participando. Apresentou trabalhos, conferências, palestras, ele participou junto com três ou quatro mil geógrafos americanos. Quer dizer, o pessoal da Ciência Regional estava lá participando, e ainda hoje eles participam como também os geógrafos participam dos congressos de Ciência Regional, *Regional Science*, em todo mundo.

1.5 – Em seu artigo “Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional” (1976), percebemos que autores como Lösch e Isard são tocados superficialmente. Há com

relação à contribuição destes autores, restrições conceituais\ metodológicas no que tange a Teoria da Localização?

Prof. Sylvio - Não, absolutamente. É que na época, 1976, eu não tive acesso fácil às obras de Lösch e Isard, só vim a ter acesso mais tarde. Lösch, não consegui achar o livro dele em inglês. Consegui encontrar depois o livro dele em alemão, eu leio, mas não tão bem, é bem complicado o livro dele, é muito matemático e Isard, sim. Isard eu tive mais acesso, logo depois do artigo, eu tive mais acesso a este famoso livro dele *Location and Spacy-economy*, eu tive acesso, e tenho o livro dele até hoje, deve estar por aqui, está ali [aponta para a estante de livros ao lado]. Ou seja, nesta época, 1976, eu não tive realmente facilidade de acesso. Na época era realmente mais difícil ter acesso a bibliografia, hoje é mais fácil. Via internet, pode até comprar livros pela internet, etc. As bibliotecas eram muito mais fracas, ainda hoje são na Bahia. Então na época eu não tive muito acesso, mas já percebia que eles eram autores muito importantes. Lösch, sobretudo, para a localização urbana, e o Isard, para uma visão abrangente da economia espacial. O Isard é uma espécie de síntese de toda essa trilogia locacional. O Isard é uma espécie de supersíntese. Ele vai da localização, o livro dele é isso mesmo, da localização para a questão espacial, ampla. Ele vai entender essa passagem de uma questão micro, que envolve questões muito micro em termos de escala, e em termos econômicos, de microeconomia. Envolve decisões locacionais dos empresários, dos capitalistas, o que aliás é um problema, é sempre um problema até hoje. É um problema até hoje você integrar microeconomia e macroeconomia, não só em termos de setor, mas em termos de escala. A micro escala de análise e a macro escala de análise. Quer dizer, Isard foi um grande nome nesta perspectiva de integração, nesta passagem micro – macro, macro – micro, não só em termos setoriais, mas em termos espaciais também. E Lösch, está sendo

retomado também. O Krugman e outros também, eu acho que a contribuição deles é muito importante.

I.6 – Quanto aos demais autores, Thünen, Weber e Christaller, o Sr. faria alguma releitura crítica, quanto à apropriação da contribuição teórica destes autores no estudo da produção\ planejamento do espaço urbano?

Prof. Sylvio - Antes de uma releitura crítica, eu acho importante ressaltar o pioneirismo deles, sobretudo Thünen, que abre essa avenida no início do século XIX. É impressionante, eu tenho o livro dele, é impressionante a capacidade dele, e vou agora até, no mês de maio, visitar o museu Von Thünen na Alemanha, que é um museu que se localiza na fazenda dele, que era dele. Eu estou muito curioso de ver, existe uma sociedade, Von thünen, de pesquisadores de todo o mundo que mantém a memória da contribuição dele. Quer dizer, ele foi pioneiro em abrir uma nova teoria, um novo campo teórico aplicado, quer dizer, com grande potencial de aplicação. Ele abriu uma grande avenida de teoria, de metodologia e de aplicação, no que foi seguido por Weber, Christaller, Lösch e outros autores. Daí esse pioneirismo, vendo no contexto de cada um deles, é realmente fantástico. Quer dizer, homens que conseguiram enxergar muito mais longe do que seria possível imaginar no seu tempo, diante das restrições de informação, de experiência, de viagem, de sociedade científica, etc. A mesma coisa acontece com Weber e vai acontecer com Christaller. No caso de Christaller, que eu conheço mais de perto, ele é o padrinho da revolução teórica e quantitativa na Geografia. Ele é o padrinho, o responsável pela mudança daquela passagem de que lhe falei, de um mundo de análises empíricas, para um outro mundo de análises com base em modelos teóricos, que esses modelos que tinham a finalidade de explicar a realidade. Não eram modelos só para construir modelos bonitos. E foram bonitos, mas eram modelos para tentar entender a

realidade. Até o próprio Lössch dizia que a realidade é tão complexa, é impressionante esta contribuição dele, ele dizia que a realidade, o mundo é tão complexo, que você só pode entendê-lo, se você simplifica-lo. E você só simplifica a realidade, se você construir modelos. Os geógrafos tentavam entender o mundo plenamente. Entender tudo, da geologia a psicologia social. Uma beleza também, eu acho uma tradição muito bonita da Geografia que volta sob outras perspectivas. Agora, essa turma toda imaginava o contrário. O mundo é tão complicado, tão difícil de entender, de explicar, ou seja, tem que simplificar, e você tem que simplificar para destacar as questões mais importantes. Porque quando tudo é importante, nada é importante. Então, eles queriam destacar e destacaram. O caso custo transporte, a localização, a acessibilidade, enfim, algumas questões que foram consideradas a partir dos modelos mais importantes que outras, e que serviam para explicar toda a realidade, todo o mundo. Isto é o que eu acho fundamental, destacar na grande contribuição deles. Eu acho que relendo criticamente, é preciso tomar por base isto aí, o momento em que eles produziram, o contexto em que eles produziram. Não se pode esperar mais do que aquele contexto, como também os outros que vão ler os nossos trabalhos, eles devem colocar os nossos trabalhos em nosso contexto. Se eles foram pioneiros, se eles foram originais, se eles deram uma contribuição importante, é nessa perspectiva que eu acho. Agora, eu acho que a releitura crítica realmente deve ser feita, introduzindo novas questões, modificando velhas, perspectivas, adaptando, atualizando, transformando, e tentando produzir modelos alternativos novos, que não foram tratados por Weber, Christaller, Thünen e outros. Toda esta turma. Por exemplo, se critica muito a rigidez hierárquica urbana, regional de Christaller. Aquela hierarquia hexagonal etc. Os hexágonos, diz-se: a realidade não é essa, não é assim, nunca foi assim, e agora então com as novas tecnologias de informação que integram o global ao local, direto, sem passagem pelas hierarquias urbanas, metropolitanas, nacionais. Ah, não tem mais sentido! Aí eu digo, cuidado! Cuidado, porque se ela perde sentido em algumas

coisas, ela recoloca sentidos em velhas coisas e também em novas coisas. Quer dizer, as novas redes são também hierarquizadas sob novas perspectivas. Essa questão da hierarquia, mesmo a velha hierarquia, tem muito haver com determinadas demandas da sociedade, que precisam da presença física do ofertante, do serviço ou do bem, e do demandante. A escola, a saúde, serviços básicos de atendimento direto, personalizados a pequenos grupos, etc. Nem tudo é assim do local ao global, do global ao local assim [gesticula um movimento rápido, representando por um som peculiar a algo muito rápido, semi-instantâneo]. Esses espaços virtuais são extremamente importantes, mas eles não anulam no todo muitas das questões hierárquicas tradicionais, e recolocam questões hierárquicas novas muito interessantes. Agora, o que é preciso ver, às vezes, nesta re-análise, questões importantes que eles colocaram e que não foram valorizadas. Christaller, por exemplo, tem uma tradição, e talvez foi um dos poucos aqui no Brasil a chamar atenção para esta tradição, que é a tentativa de achar um modelo que cominasse encontrar a eficiência econômica de um lado, a eficiência econômica em nível espacial, para uma equidade social em nível espacial. Isto poucos geógrafos brasileiros falaram, a rigor não conheço nenhum. Eu falei em vários trabalhos, e economistas também, não me lembro, não falaram. Quer dizer, é preciso recuperar coisas importantes deles. Quando hoje se discute desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano, estas questões são válidas dentro da cidade, entre as cidades, na região. É preciso, claro, abrir o leque teórico-conceitual que eles tinham, novos modelos, o que aliás tem sido feito. Modelos mais diversos, não apenas puramente econômicos, ou quase que puramente econômicos, modelos mais culturais, mais sociais, modelos de percepção, modelos que permitam uma nova leitura do espaço, etc, que combinam com outras coisas. Por exemplo, nos países mais avançados, mais desenvolvidos, mais homogêneos, tipo países escandinavos, Suécia, Finlândia, Noruega, Dinamarca e alguns outros, mas vamos ficar nesses países. As variações destes custos de produção entre as cidades são variações muito pequenas. Aqui não,

as variações são enormes. Aqui você localiza aqui ou em São Paulo, no caso brasileiro são variações de custo-produção, custo-transporte, são variações enormes. Lá, são muito pequenas estas variações, às vezes são mínimas. Realmente, tanto faz ele se localizar na cidade “A”, ou na cidade “B”, ou no bairro “A”, ou no bairro “B”, porque vai ser basicamente a mesma coisa. Os custos são muito homogêneos, custo-transporte, custo-produção total, custo de mão de obra, custo de insumos, custo de impostos são todos basicamente iguais, a variação é muito pequenininha, aí então entram outros fatores. Então, os geógrafos suecos, por sinal, foram fantásticos em mostrar isso aí. Eles tomaram este corpo teórico, e acrescentaram uma outra avenida também importante, que começa a ser importante aqui no Brasil também, que é a avenida das preferências locacionais por fatores, que os economistas chamavam de fatores intangíveis, não mensuráveis. Fatores como cultura, qualidade de vida, ambiente, aí o papel da velha Geografia é importante, da velha Geografia que valoriza o empírico, que valoriza o concreto, que valoriza o tradicional. É importante, porque os empresários começam a se localizar, querem se localizar, em lugares muito bonitos, agradáveis, lugares com externalidades, mas não externalidades econômicas, externalidades sociais, culturais até políticas, tradição, cultura. Cidades que tenham cultura, música, teatro, dança, cinema, que tenham atividades culturais importantes, escolas, universidade, etc. Enfim, é uma outra avenida que esses autores mais tradicionais, claro, eles não estavam tão preocupados, embora também possam ter colocado algumas coisas favoráveis a isso. Então, é preciso reler, buscar novas questões procurando recuperar algumas questões, criticar, evidentemente, perspectivas no caso específico de alguns autores, mais até do que outros. Esse excesso de sofisticação matemática, Isard foi criticado por isso, a econometria espacial, e agora o Krugman está sendo criticado por isso. Se veste com uma nova capa, esse excesso de matematização das coisas é uma crítica que se faz, sobretudo no caso dos mais tradicionais, talvez, o que eu li mais alguma coisa, a partir de Isard. Bom, eu acho que é preciso então, recuperar sobre novas bases

essas teorias. É o que autores que assumiram um papel muito crítico, mas não totalmente críticos, como Roberto Lobato Correa, ele tem um trabalho recente, que suavizou as críticas que fez sobre a teoria das localidades. Ele nunca criticou exageradamente, como fez o Prof. Milton Santos, mas o Roberto Lobato, eu vou até relê este trabalho recente, ele se coloca numa posição muito mais favorável, do que ele o fez há alguns anos atrás, há uns 10 ou 12 anos atrás. Ou seja, esses autores são muito importantes, e continuam a ser muito importantes, não apenas em termos de contextualização teórica, como também em termos de contextualização aplicada. É impressionante a aplicação dessas questões no mundo econômico, social, e às vezes mesmo sem ter uma perspectiva clara. Às vezes sim, eu tenho que contar que o pessoal de Administração, de marketing, eles trabalham com localização de comércio e serviços, eles usam Christaller. E alguns deles não sabem, mais ou menos, que a base é Christaller. Tive um aluno que depois disse: é isso que eu faço. Que é dar pontuação, é dar valor as informações. Comparar lugar “A” ou “B” ou “C”. Comparar informações de natureza geral, de custos, transportes, etc. Aí ele ficou surpreso: mas tem teoria sobre isto? Eles estavam usando empiricamente, entende? Não tão sofisticadamente, mas estavam usando empiricamente.

I.7 – Após Thünen, Weber, Christaller, Lösch e mais recentemente Isard, o Sr. observa algum hiato na produção científica relacionada ao tema – Teoria da Localização? Caso positivo, o que ocasionou a perda da relevância deste tema, e o que legitima sua retomada?

Prof. Sylvio - Eu acho que sim. Eu acho que houve uma grande expansão, não se chamaria hiato, deixe-me ver, eu acho que sim, uma redução. Houve uma grande expansão na década de 50, com Isard e companhia ltda, na Geografia com Brian Berry e companhia ltda. Na

década de 60 com muitos outros nomes. Na década de 70 também. Depois, começa-se a observar uma certa redução e mais tarde até, também, uma crítica mais forte. É porque emerge uma nova forma de tentativa de explicação destas questões de uma forma mais ideológica, política, crítica, marxista, que entende isto como muito relacionado com perspectivas tradicionais da economia, da sociedade. Com neoliberalismo, com formas tradicionais de explicação. Então, surge uma avenida muito crítica, muito pesada, e por outro lado, o exagerado grau de sofisticação não levava muitas coisas adiante. As coisas ficavam muito sofisticada, e os problemas da sociedade estavam lá, pedindo solução, e o pessoal num nível muito teórico, matemático, e difícil de ser aplicado. Então, eu acho que a partir daí houve um hiato, tanto assim que vários departamentos de Ciência Regional, sobretudo, vou destacar o departamento de Ciência Regional da Universidade da Pensilvânia, que foi criado pelo Isard, foi fechado. A Universidade fechou o departamento e até hoje está fechado, porque achava que não havia muita relevância naquela área. Isto foi assustador, acho que ele deve ter tido um choque. Cresce, inclusive, o interesse dele por outras coisas. Ele passou a se interessar por outras coisas, como coisas relacionadas com a paz, geopolítica, menos com economia regional. Acho que do próprio ambiente houve alguns problemas sérios, e o ambiente externo, também, as críticas foram muito ácidas. No caso brasileiro, o Prof. Milton Santos criticou duramente toda essa linha de análise. Então, eu creio que com tudo isto houve um hiato, uma redução. Agora, eu acho interessante que a sua próxima pergunta vai retomar uma nova tentativa de ampliação.

I.8 – O Prof. Krugman, Fujita e Venable lançaram recentemente - *The Spatial Economics* (1999). O Sr. já teve a oportunidade de conhecê-lo? Caso Positivo, de que forma o Sr. avalia as críticas realizadas pelos autores, ao referencial linear da Teoria da

Localização que tínhamos de Thünen – *The Isolated State* (1826) até Isard – *Location and Space-economy* (1956)?

Prof. Sylvio - Essa pergunta sobre os Profs Krugman, Fujita e Venables, é uma demonstração disto. Ou seja, o Krugman, que sempre foi um economista internacional, buscando teorias para explicar relações internacionais, ele a partir da década de 90, justamente com a emergência da globalização, ele passa a reconhecer a economia espacial, a economia regional como algo extremamente importante, e passa a valorizar a Geografia com todas as letras. *Geography and Trade, Geography and Development*, coisas deste tipo. Então, o Krugman é um exemplo deste relançamento. Ele diz que é uma nova teoria, em princípio, mas eu acho que não é tão nova assim. Eu acho que é um desdobramento no fundo, desta linha que veio até Isard. Embora ele tenha uma metodologia diferenciada de Isard, matemática, mas no fundo o que ele chama de Nova Geografia Econômica não é tão nova assim. É uma reforma da Geografia Econômica que surge com Thünen e outros. De qualquer maneira, o importante é que esta nova área, ela vai revalorizar a perspectiva espacial, a perspectiva regional, a perspectiva local, a perspectiva locacional, a perspectiva da interação espacial. Eu acho muito interessante, embora contenha também muitas dessas restrições ligadas a essa linha muito analítica, matemática, sofisticada. Mas há ao mesmo tempo uma nova linha que surge, que não é ligada diretamente a Krugman, Fujita, mas é uma linha que surge da Geografia, que surge da Economia, que é a chamada Escola Californiana. Que é a linha de Storper, Scotch, Walker. Eles são geógrafos econômicos-sociais, que retomam sob novas perspectivas, e alguns deles são até de referencial marxista, sobretudo Alan Scotch. Ou diria de uma forte, não diria marxista, mas de uma visão bem diferente de Krugman, quase marxista em alguns casos. Uma visão mais crítica. Por outro lado há também na França, a exemplo de Lipietz, Benkos, e de outros autores economistas importantes, Ralé, e outras escolas que surgem e

recuperam outras coisas que estavam “dormindo”, também, como os distritos industriais de Marshall, do início do século XX. Quer dizer, há uma efervescência sob novas perspectivas, não exatamente tão tradicionais como a perspectiva locacional. Não tão amarradas, mas que incorporam estas perspectivas e que colocam novas questões. E claro, tem que colocar, novas tecnologias, novo modo de produção flexível, o que isto bate em termos de localização, de distribuição etc. Há também na Itália uma linha muito grande de economistas, de geógrafos que surgem, Becatini, e outros, Forza, quer dizer, há uma efervescência enorme dessa área, o que faz desta área muito interessante, muito difícil, muito complicada, muito rica. Você tem várias formas de abordagem, várias tendências, muito ricas. Ou seja, surpreendentemente, quando se imaginava, e alguns autores chegavam até a falar: acabou a questão espacial, não existem mais! De ante das novas tecnologias, a Geografia acabou, a História acabou! Que nada! Elas nunca foram tão reconhecidamente importantes como agora. Quer dizer, a partir dessa efervescência entre as escalas dos fenômenos, e a efervescência entre as disciplinas interdisciplinares, buscado desesperadamente entender o que está acontecendo, e continua até hoje. Tudo isto continua até hoje de uma forma muito grande. Eu comecei a ler este livro destes três autores, mas confesso que não terminei de ler ainda, mas acho que no fundo eles não são assim tão novos assim. Acho que não é uma Nova Geografia Econômica, acho que é uma modernização daquela tradição.

I.9 – O Prof. Ruiz¹, em seu artigo “A Nova Geografia Econômica: Um Barco com a Lanterna na Popa?” (2003), identifica que os autores afirmam que os “os modelos não apresentam uma teoria consistente... e a falha seria a falta de uma teoria geral que explique a micro-organização espacial dos agentes”. De que forma o Sr. relaciona tal fato ao estudo que propomos desenvolver?

¹ RUIZ, Ricardo Machado. Professor do Departamento de Economia FACE\UFMG e do CEDEPLAR\UFMG.

Prof. Sylvio - Eu não conheço este artigo, mas eu acho que esta dificuldade existe desde a origem das coisas. É você entender micro, questões micro que se passam dentro da firma, dentro da empresa, dentro da cabeça do capitalista, balanceando todas as informações, até as questões macro, fora da empresa, no espaço. Esta passagem é complicada, essas saídas foram obtidas, mas elas continuam sendo muito difíceis, mas acho que ele tem razão em dizer que talvez ainda não existe esta teoria consistente. Eu gostaria de conhecer este artigo do Prof. Ruiz.

I.10 – O Sr. gostaria de tecer considerações finais que considera importante sob o tema, e não foram abordadas?

Prof. Sylvio - Há uma linha de, não há necessidade para o seu trabalho imediato, mais tarde quando você vai continuar a estudar, há uma nova linha que envolvem também questões econômicas, questões geográficas, de uma forma muito grande, e vem tanto da Economia quanto da Geografia, que é a linha que se chama desenvolvimento, pode ser rotulada por vários nomes, chama-se desenvolvimento endógeno, ou da visão endógena dos processos. Porque quase sempre tudo isto eram perspectivas exógenas aos lugares, as regiões, as decisões dos capitalistas, dos políticos, etc. Cada vez mais se valoriza uma perspectiva nessa nova organização que integra o Estado, sociedade capitalista, o capital e a sociedade civil, e por emergência da sociedade civil, a dinâmica da sociedade civil também tem importância locacional, importância espacial. Há uma linha que vem de vários autores, acho que um dos autores mais importantes na economia, Sérgio Boisier, um economista chileno, há toda uma linha um pouco ainda não tanto diferenciada, mas pode ser colocada neste rótulo, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento sustentável. Enfim, há muitas coisas

importantes que valorizam essa perspectiva da Teoria da Localização, do enraizamento territorial. Enfim, no caso da Geografia, eu tenho escrito algumas coisas sobre isto, deixe-me ver algumas boas referências... Há boas referências na Sociologia, na Administração, que são áreas novas que se preocupam com isso, não se preocupavam muito. Poder local, estruturas locais, gestão local, etc. Há uma nova linha que valoriza inclusive, o papel empreendedor da sociedade civil. Não só do capital, não só do Estado, mas o papel empreendedor da sociedade civil, essa capacidade de organização da sociedade civil. Então, eu acho que é importante para concluir essa linha, que isto seja levado em consideração, mais tarde, não exatamente agora no seu trabalho, vai ter uma interiorização que eu vou dizer mais tarde.